

Título do capítulo	CAPÍTULO 2 – CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL, NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE
Autores(as)	César Nunes de Castro
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-074-5/capitulo2

Título do livro	AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL, NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE: INSTITUCIONALIDADE, CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS
Coordenador(as)	César Nunes de Castro
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2024
Edição	-
ISBN	978-65-5635-074-5
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-074-5

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2024

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesso: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL, NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

1 INTRODUÇÃO

No capítulo anterior, o objeto central da análise consistiu na definição teórica de agricultura familiar e na investigação sobre a existência de definições práticas, legislativas, sobre o conceito no âmbito dos países da América Latina e do Caribe (ALC). Realizada tal investigação, observou-se que o número de países que possuem definição normativa de agricultura familiar (ou de conceito semelhante, por exemplo, agricultura *campesina*) tem crescido nas últimas décadas, mas, no geral, esse conceito se faz mais presente na legislação dos países sul-americanos, sendo praticamente inexistente nos países caribenhos.

Neste capítulo, o objetivo maior é o de tecer uma caracterização da agricultura familiar na região, tarefa relativamente complexa em função de alguns fatores. Primeiro, a agricultura familiar, conforme exposto no capítulo 1, é um conceito em processo de adoção, em maior ou menor uso, em parte da ALC. Segundo, tal processo ainda é, no geral, incipiente. Terceiro, em função disso, com exceção do Brasil, os países da região não computaram dados específicos sobre essa categoria de agricultor em suas bases de dados estatísticas relacionadas com a atividade agropecuária, o que representa o maior desafio para caracterizar a agricultura familiar regional e será objeto de consideração em seção específica do capítulo.

Um segundo elemento da complexidade inerente ao processo de caracterizar a agricultura familiar latino-americana e caribenha consiste na diversidade da região. Os agricultores familiares/pequenos/camponeses, ubíquos na região, e seus arranjos produtivos apresentam características bastante distintas, frequentemente dentro de um mesmo país.

O caso brasileiro, por exemplo, é emblemático. Na região Sul, há o domínio de um perfil de agricultor familiar integrado ao mercado de insumos e de produtos, às cooperativas e a prestadores de serviços e instituições diversas. O típico produtor familiar do Sul é comparativamente especializado na produção de poucos produtos, e o nível de excedente produtivo e renda gerado em sua atividade agropecuária é, na média, muito superior ao gerado por sua contraparte em outras regiões brasileiras, notadamente no caso do Nordeste.

Essa múltipla diversidade de características não ocorre, por suposto, apenas no âmbito da agricultura familiar brasileira, mas também no restante da ALC. Nesse sentido, ampla pesquisa bibliográfica é requerida para dar conta de retratar, com um mínimo de fidedignidade, a agricultura familiar regional em suas múltiplas manifestações. Por meio de tal pesquisa, possibilita-se conhecer, de modo mais abrangente, as várias facetas locais e regionais da agricultura familiar em cada país da região.

Descortinar algumas das principais características da agricultura familiar da ALC fornecerá elementos que servirão de elo com o conteúdo dos demais capítulos do livro. Algumas características relevantes no que tange à caracterização são: número de estabelecimentos da agricultura familiar; tamanho médio da área dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar; principais espécies vegetais cultivadas; principais espécies animais criadas etc.

Deve-se ressaltar, logo nesta introdução, a importância da agricultura familiar em muitos países com relação à segurança alimentar, não somente dos agricultores e de suas famílias, mas também da população dos locais e dos países onde a produção é realizada. Frequentemente, os agricultores familiares são responsáveis pela produção de parcela considerável de alimentos básicos consumidos pela população de muitos países, ao passo que os estabelecimentos agropecuários não familiares se especializam na produção de produtos agropecuários destinados para exportação ou agroindústria.

A prevalência de níveis variados de desnutrição/subnutrição em muitos países latino-americanos e caribenhos, sinal evidente de insegurança alimentar de parcela de suas populações, reforça a importância do elo potencial entre a agricultura familiar e a segurança alimentar na região.¹ Um dos principais argumentos em prol do apoio estatal aos esforços produtivos da agricultura familiar sustenta-se nesse elo.

O capítulo é dividido em três seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta considerações sobre os desafios inerentes à elaboração de uma caracterização da agricultura familiar na ALC. A terceira seção aborda a caracterização propriamente dita, que é central para o propósito deste capítulo e se divide em cinco subseções (destinadas à caracterização da agricultura familiar de, respectivamente, Brasil, América do Sul, América Central, Caribe e México). Por fim, a quarta seção destaca as considerações que encerram o capítulo.

Deve-se ressaltar que o conteúdo relativo à caracterização da agricultura familiar na ALC não se restringe a este capítulo, dedicado integralmente a tal objetivo. Nos demais, diferentes aspectos serão abordados, por exemplo, aqueles concernentes à tecnologia, no capítulo 3; ao crédito rural, no capítulo 4; à assistência técnica e à extensão rural, no capítulo 5 etc. Em seu conjunto, espera-se oferecer, entre outros propósitos, um retrato da agricultura familiar regional minimamente coerente com a realidade.

1. A relação entre segurança alimentar e agricultura familiar na ALC será abordada em seção específica no capítulo final do livro.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Desde a década de 1990, o conceito de agricultura familiar tem sido, pouco a pouco, disseminado não apenas na ALC, mas também em outras regiões. Se antes se falava em agricultura camponesa, ou pequena agricultura, a denominação *agricultura familiar* passou a “ganhar terreno” e hoje é o termo predominantemente utilizado em muitos países da ALC, seja no meio acadêmico, seja em documentos estatais, para designar o típico representante da categoria de agricultor não pertencente ao grupo restrito de grandes proprietários de terra e grandes empresas do agronegócio nacional e internacional.

Desse maior uso do termo/conceito, resultou, inclusive, conforme observado no capítulo 1, a elaboração e a publicação de normas destinadas a incluir a definição de agricultura familiar no rol legislativo de diversos países da ALC, principalmente na América do Sul (quadro 2 do capítulo 1). A existência de uma definição legal do conceito constitui um dos – talvez o primeiro – passos iniciais da institucionalização da agricultura familiar no âmbito do Estado. A partir de tal definição, diversos outros vínculos legais e institucionais podem ser criados entre o Estado e os agricultores familiares, com propósitos diversos, inclusive o de criar mecanismos para fomentar a produção agropecuária, a geração de renda etc. por parte dessa categoria.

Uma segunda etapa na dita institucionalização da agricultura familiar em conjunto com o Estado consiste na criação de um sistema de registro e cadastro dos agricultores pertencentes a essa categoria. Nesse sentido, os países da ALC, mesmo aqueles que instituíram normas definidoras, em sua maioria não possuem sistemas dessa natureza. A etapa seguinte é, em função de tal inexistência, prejudicada.

A etapa seguinte ao registro pode envolver aspectos diversos. Pode abranger a elaboração de políticas públicas, com diferentes propósitos (crédito, assistência técnica e extensão rural – ATER, compras governamentais, entre outras), orientadas para os agricultores familiares; e/ou pode fazer uso da realização de pesquisa(s) para coleta e registro de dados estatísticos relacionados a tal universo de agricultores.

Prática comum em quase todos os países latino-americanos e caribenhos considerados neste livro, consiste na realização de pesquisas abrangentes sobre a agropecuária nacional e sobre os estabelecimentos agropecuários e agricultores responsáveis pela produção. Tais pesquisas são consubstanciadas nos Censos Agropecuários de cada país, realizados de tempos em tempos, periodicidade dependente de questões inerentes a cada um.

A realização de pesquisa com o objetivo de investigação, coleta e registro de dados estatísticos diversos sobre a agropecuária de um país é importante por causa de uma série de motivos. Entre eles, é possível citar estes:

- dimensionamento das áreas dedicadas para a produção agropecuária;
- identificação e quantificação da produção vegetal e animal;
- quantificação do número de estabelecimentos agropecuários, de agricultores e seus familiares, de trabalhadores rurais etc.;
- registro de informações relacionadas às técnicas e às tecnologias utilizadas na produção agropecuária (fertilizantes, defensivos químicos, máquinas, implementos, manejo de solo, irrigação); e
- quantificação de indicadores socioeconômicos variados sobre os agricultores, suas famílias e os trabalhadores rurais (renda auferida com atividade agropecuária, anos de escolaridade, idade, gênero).

Não existe uma definição precisa sobre a periodicidade de realização de Censos Agropecuários (ou qualquer denominação equivalente). A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) oferece, contudo, algumas diretrizes relacionadas à metodologia, ao conteúdo e à periodicidade de pesquisas de tal natureza (FAO, 2009; 2017). No documento *World programme for the census of agriculture 2020*, no que se refere à periodicidade, a FAO se guia pela recomendação de realização de pesquisas nacionais abrangentes sobre a agropecuária em um intervalo de dez anos.

Não obstante essa recomendação, a maioria dos países da ALC não realizam essas pesquisas no intervalo proposto (quadro 1). Além disso, naquilo que diz respeito aos intentos deste livro – agricultura familiar na ALC – e, particularmente, deste capítulo (caracterização da agricultura familiar na ALC), os Censos Agropecuários dos países regionais apresentam limitação.

QUADRO 1

Informações sobre os Censos Agropecuários dos países da ALC

País	Existe definição de agricultura familiar (ou equivalente)?	Número de censos realizados	Penúltimo censo	Último censo	Censo contempla agricultura familiar
Brasil	AF	11	2006	2017	Sim
Chile	Pequeno agricultor	8	2007	2021	Não
Argentina	AF	13	2002 ¹	2018	Não
Paraguai	AF camponesa	5	1991	2008	Não
Uruguai	Produção familiar	18	2000	2011	Não
Bolívia	AF sustentável	3	1984	2013	Não
Peru	AF	4	1994	2012	Não
Colômbia	Agr. camp.	3	1971	2014	Não
Equador	AF campesina	3	1974	2000	Não

(Continua)

(Continuação)

País	Existe definição de agricultura familiar (ou equivalente)?	Número de censos realizados	Penúltimo censo	Último censo	Censo contempla agricultura familiar
Venezuela	-	7	1997	2008	Não
Guiana	-	-	-	1954	Não
Suriname ²	AF	5	1981	2008	Não
Panamá	AF	7	2001	2011	Não
Costa Rica	AF	6	1984	2014	Não
Nicarágua	AF	4	2001	2011	Não
Honduras	AF	4	1974	1993	Não
El Salvador	-	4	1972	2008	Não
Guatemala ³	AF	4	1980	2004	Não
Belize	AF	3	1985	2011	Não
Antígua e Barbuda	-	3	1984	2007	Não
Bahamas	-	2	1978	1994	Não
Barbados	-	4	1984	1989	Não
Cuba	-	-	-	1952	Não
Dominica	-	2	1974	1995	Não
Granada	-	5	1995	2012	Não
Haiti	AF	1	1971	2012	Não
Jamaica	-	4	1996	2007	Não
República Dominicana	AF	7	1982	1998	Não
Santa Lúcia	-	6	1996	2007	Não
São Cristóvão e Neves	-	3	1987	2000	Não
São Vicente e Granadinas	-	3	1986	2000	Não
Trinidad e Tobago	-	2	1982	2004	Não
México	AF	8	1991	2007	Não

Fonte: FAO (2021).

Elaboração do autor.

Notas: ¹ Em 2008, foi realizado um Censo Agropecuário, mas com diversos problemas metodológicos e de execução.² Não foi encontrada legislação com a definição de agricultura familiar no Suriname, mas determinados documentos do governo mencionam essa expressão (Suriname, 2017).³ No caso da Guatemala, existe iniciativa de lei que define o conceito de agricultura familiar (Guatemala, 2016).

Obs.: AF – agricultor(a) familiar; e Agr. camp – agricultura campesina, familiar e comunitária.

A referida limitação consiste no fato da quase totalidade dos Censos Agropecuários dos países latino-americanos e caribenhos não incluírem a agricultura familiar como categoria de avaliação. Com exceção do Censo Agropecuário brasileiro (IBGE, 2019), que contemplou a categoria agricultura familiar no questionário da pesquisa e, portanto, coletou informações desse segmento produtivo (quadro 1), os respectivos censos dos demais países da ALC não abordam essa categoria.

Como os Censos Agropecuários dos países da região constituem a principal fonte de dados utilizada na elaboração das análises realizadas nos diversos capítulos deste livro, esse fato torna mais difícil a tarefa de caracterizar a agricultura familiar em tais países. Para essa tarefa, é possível se utilizar, no caso de algumas nações, do recorte por limite de área como aproximação da categoria *agricultura familiar*.

Conforme apresentado no capítulo 1 (quadro 2), a definição normativa de agricultura familiar no Brasil, no Chile, no Paraguai, no Uruguai, no Panamá, na Costa Rica e na República Dominicana inclui a previsão de um tamanho máximo da área do estabelecimento agropecuário (“*finca*” ou outras palavras em espanhol frequentemente utilizadas) como requisito para um agricultor ser classificado na categoria *agricultura familiar*. Nesses países é possível, teoricamente, considerar que todos os estabelecimentos agropecuários existentes até o limite de área da definição legal de agricultura familiar pertençam a essa categoria. Caso o censo deles seja relativamente atualizado e apresente informações dos estabelecimentos agropecuários por grupos de tamanho de área, pode-se tentar caracterizar o segmento por meio dos dados oficiais censitários.

Nos países que não possuam definição com requisito de área máxima e/ou em que os respectivos censos sejam antigos (*anterior aos anos 2000*, como os de sete países da ALC considerados neste trabalho – quadro 1), ou ainda não apresentem informações desagregadas por grupos de área dos estabelecimentos, outro modo de caracterizar a agricultura familiar deve ser utilizado. Tal forma invariavelmente depende de pesquisa em fontes de informações, dados em artigos, trabalhos acadêmicos e documentos de organismos internacionais com interface temática com a agricultura familiar (FAO; Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola – IICA, entre outros).

Frequentemente, nem todas as informações básicas relevantes para a caracterização da agricultura familiar serão obtidas por esse método. Informações como número de estabelecimentos da agricultura familiar; tamanho médio da área dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar; principais espécies vegetais cultivadas; principais espécies animais criadas etc. não serão todas apresentadas. Em função da disponibilidade de dados oficiais no Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019) para a agricultura familiar brasileira, a caracterização desta será mais detalhada neste capítulo.

3 CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ALC

A caracterização da agricultura familiar na ALC baseia-se em documentos diversos, desde dados oficiais censitários até artigos acadêmicos e documentos de instituições diversas. Em função da disponibilidade desigual de informações e estatísticas sobre a questão, contudo, o resultado final consiste na elaboração de uma caracterização

com variados níveis de abrangência, desde aquelas menos abrangentes (países caribenhos) até aquela mais abrangente (Brasil), conforme será abordado a seguir.

3.1 Brasil

De todos os países da ALC, o Brasil é o que mais avançou na institucionalização da agricultura familiar; isso inclui, naquilo que é relevante para este capítulo, a compilação de dados estatísticos oficiais sobre a categoria. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), instituição responsável pela realização de pesquisas variadas sobre o Brasil, inclusive os Censos Demográficos e Agropecuários, contemplou a agricultura familiar nos questionários utilizados nos dois censos mais recentes – o de 2006 (IBGE, 2009) e o de 2017 (IBGE, 2019).

Em consequência disso, a existência de dados abrangentes sobre a agricultura familiar brasileira facilita sobremaneira sua caracterização. É possível, inclusive, oferecer algumas evidências sobre modificações ocorridas no âmbito dessa categoria de produtores, nos últimos vinte anos, por meio da comparação da variação ocorrida em importantes características de acordo com os dados dos Censos Agropecuários 2006 e 2017. Essa opção é a utilizada nesta subseção. Em função da disponibilidade de dados agregados pelas Grandes Regiões (GRs) brasileiras (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte), opta-se por apresentar as estatísticas relevantes de acordo com esse recorte regionalizado, bem como o total agregado para o Brasil e, adicionalmente, para a região do semiárido brasileiro.

Na tabela 1, apresentam-se, respectivamente, os números de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e não familiar (tabela 1A) e as áreas médias dos estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares (tabela 1B) para 2006 e 2017. Ao longo do livro, pouco se recorrerá à análise comparativa entre a agricultura familiar e a não familiar nos países da ALC em função, primordialmente, da inexistência de estatística que permita tal comparação. Quando há dados disponíveis, entretanto, tal verificação é realizada.

TABELA 1

Número de estabelecimentos e área média da agricultura familiar e não familiar no Brasil e por região (2006 e 2017)**1A – Número de estabelecimentos**

Brasil, GRs e semiárido	Censo Agropecuário 2006		Censo Agropecuário 2017	
	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Agricultura não familiar
Sul	849.693	156.510	665.767	187.547
Sudeste	699.755	222.342	688.945	280.470
Centro-Oeste	217.022	100.476	223.275	123.988
Nordeste	2.187.131	266.929	1.838.846	483.873
Semiárido	1.527.861	185.684	1.446.842	388.693
Norte	412.666	63.112	480.575	100.038
Brasil	4.366.267	809.369	3.897.408	1.175.916

1B – Área média (hectares)

Brasil, GRs e semiárido	Censo Agropecuário 2006		Censo Agropecuário 2017	
	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Agricultura não familiar
Sul	15,4	183,5	17,3	167,3
Sudeste	18,3	189,6	19,9	166,0
Centro-Oeste	43,1	955,5	44,7	822,9
Nordeste	12,9	178,9	14,1	92,9
Semiárido	14,0	151,2	15,1	80,0
Norte	40,3	616,8	41,1	454,3
Brasil	18,3	313,3	20,8	229,9

Fontes: IBGE (2009; 2019).

O número de estabelecimentos agropecuários total permaneceu estável entre os dois censos (tabela 1A). O número de estabelecimentos da agricultura familiar, contudo, apresentou diminuição de aproximadamente 10% (de 4,36 milhões para 3,89 milhões). Essa redução ocorreu, principalmente, nas regiões Nordeste e Sul. A área média dos estabelecimentos agropecuários familiares apresentou crescimento pouco superior a 10% (tabela 1B) em praticamente todas as regiões, com exceção do Centro-Oeste e do Norte, região onde a área média dos estabelecimentos agropecuários é significativamente superior à média nacional, em que tal crescimento foi menos intenso.

Uma das hipóteses para essa diminuição observada entre 2006 e 2017 consiste no envelhecimento dos agricultores familiares responsáveis pela direção das atividades, o que foi evidenciado pelos dados dos Censos Agropecuários 2006 (IBGE, 2009) e 2017 (IBGE, 2019), conforme consta na tabela 2.

TABELA 2

Número de agricultores familiares por classe de idade da pessoa que dirige o estabelecimento agropecuário no Brasil e por região (2006 e 2017)

Brasil, GRs e semiárido	Classe de idade da pessoa que dirige o estabelecimento	Ano	
		2006	2017
Brasil	Menor de 25 anos	170.583	76.054
	De 25 a 65 anos	4.098.352	2.829.145
	Maior de 65 anos	906.701	992.209
Norte	Menor de 25 anos	23.048	17.435
	De 25 a 65 anos	397.481	383.844
	Maior de 65 anos	55.249	79.296
Nordeste	Menor de 25 anos	102.525	38.368
	De 25 a 65 anos	1.897.609	1.310.540
	Maior de 65 anos	453.926	489.938
Sudeste	Menor de 25 anos	16.621	8.179
	De 25 a 65 anos	715.140	480.458
	Maior de 65 anos	190.336	200.308
Sul	Menor de 25 anos	20.770	9.337
	De 25 a 65 anos	827.454	492.288
	Maior de 65 anos	157.979	164.142
Centro-Oeste	Menor de 25 anos	7.619	2.735
	De 25 a 65 anos	260.668	162.015
	Maior de 65 anos	49.211	58.525
Semiárido	Menor de 25 anos	62.802	27.527
	De 25 a 65 anos	1.309.416	1.010.443
	Maior de 65 anos	341.327	408.872

Fontes: IBGE (2009; 2019).

Em todas as regiões, constata-se o envelhecimento dos responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários familiares. Em todas, sem exceção, o número de agricultores com menos de 25 anos de idade diminuiu, e o número daqueles com mais de 65 anos aumentou. Se tal tendência persistir nas próximas décadas, isso poderá representar uma ameaça à permanência da agricultura familiar como categoria representativa de um modo de existência no meio rural brasileiro.

Diversos estudos abordaram a questão sucessória nesse contexto. No geral, tais estudos têm identificado alguns aspectos comuns no que tange à problemática sucessória, por exemplo, o fato relativamente comum do desejo de muitos jovens de migrarem para o meio urbano em busca de oportunidades de trabalho e em função de outros interesses. Frequentemente, os agricultores familiares enfrentam o problema de não ter um sucessor (filho, filha ou algum outro parente) na condução das atividades dos estabelecimentos agropecuários. Kischener, Kiyota e Perondi (2015), por exemplo, destacam isso.

Dando continuidade à caracterização da agricultura familiar brasileira, para além das características relacionadas aos estabelecimentos da agricultura familiar (número e área média, respectivamente, nas tabelas 1A e 1B) e aos agricultores (idade – tabela 2), observemos algumas características da produção vegetal e animal da categoria. Na sequência, serão apresentadas estatísticas referentes à participação da produção da agricultura familiar em 2017, por região e semiárido, com relação a produtos vegetais de lavouras temporárias (tabela 3) e lavouras permanentes (tabela 4). Opta-se por apresentar a produção daquelas espécies vegetais nas quais a agricultura familiar brasileira participa com, pelo menos, 30% da produção nacional.

No caso de catorze produtos vegetais provenientes de lavouras temporárias, a agricultura familiar é responsável por 40%, ou mais, do total da produção nacional (tabela 3). Em alguns casos, é responsável pela quase totalidade da produção brasileira, por exemplo, da malva (tipo de fibra produzida na região amazônica e utilizada para a confecção de sacaria) e do fumo (na região Sul). No caso de gêneros alimentícios, a agricultura familiar tem grande participação na produção de mandioca (principalmente no Nordeste e no Norte), melancia, cebola, abóbora, feijão verde e feijão preto.

TABELA 3

Participação da agricultura familiar na produção de produtos vegetais de lavouras temporárias – Brasil, GRs e semiárido (2017)
(Em %)

Produto de lavoura temporária	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Semiárido ¹
Malva (fibra)	96,5	96,2	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0
Fumo	93,6	0,0	1,2	0,1	92,3	0,0	0,9
Fava (em grão)	84,1	2,1	80,6	1,1	0,2	0,0	63,4
Mamona	75,5	0,0	74,4	1,0	0,0	0,0	74,4
Palma-forrageira	71,5	0,0	71,3	0,2	0,0	0,0	71,3
Mandioca	69,6	25,1	16,6	7,3	15,9	4,7	7,7
Abacaxi	67,1	20,0	18,9	24,2	0,9	3,2	8,8
Cebola	58,3	0,0	8,6	3,5	46,1	0,0	8,6
Abóbora	57,7	4,9	17,6	13,7	18,1	3,5	14,2
Milho em grão	56,4	0,0	2,7	12,8	38,3	2,6	2,7
Feijão-verde	55,6	3,9	47,4	3,1	0,6	0,6	31,8
Sorgo	54,8	0,1	3,9	19,6	30,8	0,5	6,3
Melancia	47,8	8,8	20,3	3,8	11,3	3,6	17,4
FORAGEIRAS	42,7	0,1	11,1	18,1	13,0	0,4	9,9
Feijão-preto	41,8	0,1	1,5	2,6	37,5	0,1	1,6

Fonte: IBGE (2019).

Nota: ¹ O semiárido localiza-se, em sua maioria, no interior do Nordeste e, em sua minoria, no Sudeste.

É inegável, portanto, que a agricultura familiar é relevante para a produção de importantes gêneros alimentícios no Brasil. Não se confirma, entretanto, pela análise dos dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019), a visão ufanista propagada por alguns de que ela é a grande responsável pela produção dos alimentos consumidos pelos brasileiros. Rápida pesquisa em sítios eletrônicos na internet permite identificar artigos, principalmente jornalísticos ou institucionais, os quais afirmam que a agricultura familiar é responsável pela produção de 70% dos alimentos consumidos em âmbito nacional, embora os dados do censo não confirmem tal informação. Isso não significa, contudo, que não seja relevante. Supõe-se que, com o apoio necessário (tecnologia, crédito, assistência técnica etc.), o potencial de crescimento da produção da agricultura familiar seja significativo.

No caso das lavouras permanentes, a agricultura familiar também é relevante (tabela 4). Nesse segmento, é considerável (28 produtos – tabela 4) o número de espécies cultivadas pela agricultura familiar (com cinquenta ou mais pés), cuja produção da categoria é responsável por mais de 50% da produção nacional.

Entre os produtos de lavouras permanentes com grande participação da agricultura familiar, em relação ao total da produção brasileira, incluem-se diversos tipos de frutas (jabo, uva, açai, guaraná, maracujá, pêssego, caju, amora etc.), alguns condimentos (louro, cravo-da-índia, pimenta-do-reino), algumas fibras (algodão-arbóreo, agave, sisal), entre outros. Além dos produtos das lavouras permanentes para os quais a agricultura familiar contribui com 50% ou mais da produção, para diversos outros a participação é também significativa (acima de 30% ou 40%). A produção de café-canéfora em grãos da agricultura familiar brasileira equivale a 49,7% do total brasileiro, a de banana representa 48,5% do total, e a de café-arábica em grão totaliza 34,8%.

TABELA 4

Participação da agricultura familiar na produção de lavouras permanentes – Brasil, GRs e semiárido (2017)
(Em %)

Produto de lavoura permanente	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Semiárido ¹
Louro	95,1	0,0	0,0	81,5	14,0	0,0	0,0
Amora (folha)	92,9	0,0	0,0	4,9	87,6	0,4	0,0
Algodão-arbóreo	90,9	0,0	63,6	0,0	0,0	0,0	81,8
Jambo	88,4	0,0	73,9	2,9	0,0	0,0	0,0
Cravo-da-índia	81,1	0,0	81,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Uva (vinho ou suco)	79,3	0,0	0,0	0,1	79,2	0,0	0,0
Açaí	78,7	77,8	0,7	0,1	0,0	0,0	0,0
Urucum	74,5	25,5	11,3	28,9	4,6	4,2	2,0
Guaraná	74,0	21,9	49,1	0,0	0,0	2,9	0,6
Maracujá	73,3	5,0	40,4	13,0	12,9	2,0	34,6
Agave, sisal (folha)	70,4	0,0	70,4	0,0	0,0	0,0	70,4
Erva-mate	68,8	0,0	0,0	0,0	68,7	0,1	0,0
Pêssego	68,2	0,0	0,0	2,8	65,4	0,0	0,0
Cupuaçu	66,4	55,3	10,3	0,1	0,0	0,7	0,0
Caju (fruto)	66,4	1,4	64,2	0,3	0,0	0,5	53,4
Pimenta-do-reino	65,2	34,9	2,8	27,5	0,0	0,0	0,2
Pitaia	65,0	2,3	0,1	36,7	25,7	0,3	6,1
Amora (fruto)	63,3	0,0	0,0	8,3	55,0	0,0	0,0
Agave, sisal (fibra)	63,3	0,0	63,3	0,0	0,0	0,0	63,3
Caju (castanha)	62,6	0,9	61,7	0,0	0,0	0,0	56,7
Graviola	60,9	4,9	54,5	1,3	0,0	0,2	6,6
Pupunha	58,9	50,5	4,2	1,0	1,1	2,1	0,0
Acerola (Amêndoa)	57,9	5,2	42,0	6,6	3,9	0,2	29,6
Cacau	56,6	30,0	25,9	0,6	0,0	0,1	1,9
Fruta-de-conde	56,4	0,1	54,4	1,3	0,0	0,0	54,4
Lima	53,1	0,0	5,9	43,5	0,0	0,0	0,0
Ameixa	51,4	0,0	0,0	8,3	43,0	0,0	0,0
Caqui	50,0	0,0	0,0	15,3	34,6	0,0	0,0

Fonte: IBGE (2019).

Nota: ¹ O semiárido localiza-se, em sua maioria, no interior do Nordeste e, em sua minoria, no Sudeste.

TABELA 5

Participação da agricultura familiar em termos de número de animais criados, por tipo – Brasil, GRs e semiárido (2017)
(Em %)

Espécie da pecuária	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Semiárido ¹
Bovinos	31,0	7,5	6,0	6,2	5,3	6,1	4,5
Bubalinos	28,0	20,8	3,3	2,4	1,1	0,5	0,2
Equinos	46,7	9,7	13,8	10,7	5,7	6,8	11,2
Asininos	76,4	2,8	69,6	2,8	0,2	1,0	56,3
Muarees	45,1	6,6	27,2	7,8	1,4	2,2	18,7
Caprinos	70,2	1,2	66,6	0,8	1,1	0,4	62,9
Ovinos	57,0	1,4	45,9	1,0	7,5	1,1	44,4
Suíños	51,4	3,2	7,7	3,7	33,0	3,8	6,2
Galinhas, galos, frangos, pintos	45,5	1,3	3,7	6,9	30,5	3,1	2,6
Codornas	15,7	0,5	3,4	4,2	7,5	0,2	2,5
Patos, gansos, marrecos, perdizes	74,3	16,7	20,1	7,3	26,6	3,5	14,1
Perus	61,7	0,3	1,3	1,2	49,7	9,1	1,2
Avestruzes	44,5	6,2	16,9	3,7	3,7	14,1	14,0
Coelhos	70,1	1,7	6,3	15,6	44,8	1,7	5,1

Fonte: IBGE (2019).

Nota: ¹ O semiárido localiza-se, em sua maioria, no interior do Nordeste e, em sua minoria, no Sudeste.

Com relação à pecuária, em termos de proporção do número de cabeças criadas pela agricultura familiar sobre o total brasileiro, é significativa em muitos casos (tabela 5). Em relação a algumas importantes espécies animais criadas para consumo interno e também para exportação, por exemplo, galinhas e frangos, representa cerca de 45,5% de participação sobre o total de aves. Mais de 50% de asininos (76,4%), caprinos (70,2%), ovinos (57,0%), suínos (51,4%), entre outros (patos, gansos, perus, coelhos), criados no Brasil em 2017, em estabelecimentos agropecuários, eram provenientes da agricultura familiar (tabela 5).

Essa participação significativa não resulta, necessariamente, contudo, em produção pecuária eficiente e comparável àquela realizada pelos estabelecimentos não familiares. A eficiência produtiva se manifesta no caso da pecuária, frequentemente, em termos de velocidade de engorda do animal, número de cabeças de gado criadas por área, peso do animal no momento do abate etc. Nesse sentido, mesmo tendo grande participação no número de cabeças criadas, isso não significa, obrigatoriamente, que a produção pecuária efetiva da agricultura seja na mesma proporção. O ritmo de engorda pode ser mais lento ou a idade de abate mais elevada, por exemplo.²

2. Mais sobre isso no capítulo 3.

A agricultura familiar brasileira também auferir renda (monetária ou não monetária) de outros modos, como a silvicultura, a piscicultura, a floricultura, o extrativismo vegetal etc. No geral, em termos proporcionais, a produção e a renda gerada por tais modalidades são consideravelmente inferiores às originadas da produção vegetal das lavouras temporárias e permanentes e da produção animal. Por esse motivo, opta-se por não abordar tais modalidades neste livro.

Uma última variável caracterizadora a ser analisada neste capítulo consiste no valor da produção dos estabelecimentos agropecuários. Para permitir análise comparativa, são apresentados, na tabela 6, os dados referentes ao valor da produção dos estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares no Brasil em 2017, de acordo com os dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Percebe-se, por meio da relação entre os valores de produção da agricultura familiar e o total brasileiro (em %), que grande parte do valor da produção da agropecuária nacional não é proveniente da agricultura familiar (tabela 6). Apenas no caso da horticultura e do extrativismo vegetal, o valor da produção da agricultura familiar corresponde a mais de 50% do valor total. No caso das lavouras temporárias, origem de muitos alimentos consumidos no Brasil (notadamente arroz e feijão), apenas 14,4% da produção é proveniente desse tipo de agricultura.

TABELA 6

Valor da produção da agricultura familiar sobre o valor da produção agropecuária total brasileira – Brasil, GRs e semiárido (2017)

(Em %)

Tipo de produção	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Semiárido ¹
Total	23,0	2,4	3,4	5,6	9,5	2,1	38,9
Animais – total	31,3	3,6	5,3	6,9	11,4	4,2	46,2
Animais – grande porte	33,7	4,5	5,5	8,3	10,3	5,1	54,9
Animais – médio porte	33,6	0,9	7,8	2,6	20,7	1,7	68,9
Animais – aves	22,9	1,5	3,5	3,7	12,0	2,3	23,4
Pequenos animais	19,7	1,6	4,8	4,9	7,3	1,2	14,3
Vegetal – total	18,7	1,8	2,5	4,9	8,5	1,0	31,8
Lavouras permanentes	34,7	3,9	5,7	18,6	5,9	0,5	28,7
Lavouras temporárias	14,4	1,2	1,6	1,7	9,0	1,0	28,3
Horticultura	62,2	3,9	9,6	30,7	13,1	4,9	70,6
Floricultura	19,5	0,4	1,4	12,0	5,1	0,6	19,3
Silvicultura	12,9	0,2	0,5	4,9	7,0	0,3	10,0
Extrativismo	75,1	36,6	27,0	2,2	6,9	2,4	82,5

Fonte: IBGE (2019).

Nota: ¹ O semiárido localiza-se, em sua maioria, no interior do Nordeste e, em sua minoria, no Sudeste.

Por meio da análise dos dados estatísticos da tabela 6, não se evidencia que a agricultura familiar seja responsável, conforme por vezes mencionado,³ pela produção de grande parcela dos alimentos consumidos pela população brasileira. Enquanto a agricultura familiar ocupava uma área total igual a 81,06 milhões de hectares em 2017, nesse mesmo ano a não familiar ocupava uma área cerca de 3,5 vezes superior, com 270,34 milhões de hectares.⁴

Em outras palavras, apesar de ocupar uma fração da área ocupada pela agricultura não familiar, a atividade dos agricultores familiares brasileiros produz proporção considerável dos produtos agropecuários no Brasil. Com distribuição menos concentrada de terras, suporte institucional-estatal adequado, acesso a insumos e tecnologias apropriadas, supõe-se que a produção da agricultura familiar possa crescer de modo significativo em âmbito nacional.

Alguns desses aspectos serão abordados nos demais capítulos deste livro. Ademais, em capítulos posteriores, outros elementos caracterizadores da agricultura familiar, brasileira e da ALC, serão apresentados. Entre eles, aspectos concernentes à tecnologia, ao crédito rural etc. Na sequência deste capítulo, procede-se com a oferta de informações caracterizadoras da agricultura familiar nos demais países da ALC. Deve-se lembrar a ressalva apresentada na seção 2 deste capítulo, relativa à menor disponibilidade de estatísticas referentes à agricultura familiar nos demais países da região. Por tal motivo, a caracterização será menos abrangente do que a realizada para o Brasil.

3.2 América do Sul

Nos demais países da ALC, inclusive nos da América do Sul, caracterizar a agricultura familiar é um pouco mais difícil do que no caso brasileiro, em função da ausência de estatísticas oficiais sobre o assunto. Conforme mencionado anteriormente, o Brasil é o único país no qual a pesquisa censitária agropecuária nacional, realizada por instituição governamental competente, inclui essa categoria como objeto de investigação.

De todo modo, é possível caracterizar a agricultura familiar dos países da América do Sul por meio da pesquisa em fontes de informações secundárias, como artigos científicos e relatórios de organismos internacionais. Em alguns casos, as informações dos Censos Agropecuários (agrícola, ou qualquer denominação semelhante) dos países sul-americanos podem ser utilizadas por meio de algumas considerações ou suposições. Por exemplo, pode-se considerar que os estabelecimen-

3. Por exemplo, notícia veiculada no sítio eletrônico da Rede Brasil Atual, intitulada *Quem produz os alimentos que chegam à mesa do brasileiro?* Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/quem-produz-os-alimentos-que-chegam-a-mesa-do-brasileiro/>. Acesso em: 4 ago. 2023.

4. Para obter a área total ocupada pela agricultura familiar e não familiar no Brasil, nas cinco GRs e no semiárido, basta multiplicar os respectivos valores de número de estabelecimentos pela área média disponível na tabela 1 deste capítulo.

tos agropecuários com área inferior a determinado patamar sejam representantes da agricultura familiar.

A caracterização da agricultura familiar sul-americana inicia-se, na próxima subseção (3.2.1), pelos países do chamado Cone Sul: Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. Na subseção 3.2.2, a análise caracterizadora da agricultura familiar dos demais países sul-americanos se encerra com os casos da Bolívia, do Peru, da Colômbia, do Equador, da Venezuela, da Guiana e do Suriname.

3.2.1 Cone Sul: Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai

A Argentina constitui, junto ao Brasil, uma das potências da produção agropecuária na ALC. O país é um grande produtor de soja, carne bovina, trigo, entre outros produtos. A agricultura familiar começou a se consolidar como categoria com características, interesses e pleitos específicos entre meados da década de 1990 e início dos anos 2000; não muito depois, portanto, da ocorrência de processo similar no Brasil.

Como o Censo Agropecuário argentino não registra estatísticas específicas da categoria, requerem-se outras fontes de informações para a elaboração de um retrato recente da agricultura familiar do país platino. Livro organizado por Ramilo e Prividera (2013) compila estudos de casos sobre a agricultura familiar nos diversos *departamentos* (estados) argentinos. Os autores destacam a importância dos dados censitários para a caracterização da agricultura familiar no país, mas, ao mesmo tempo, ressaltam as limitações de tal fonte de informação e a necessidade de complementação com outros tipos de documentos.

Estudo de Obschatko, Foti e Román (2006), realizado para a Secretaria de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación, da Argentina, foi um dos contribuidores para os debates relativos à definição legal de agricultura familiar adotada naquele país. O principal critério para classificar um agricultor como familiar, de acordo com a proposta do estudo, consistiu no trabalho do indivíduo no campo, sem o recurso de trabalhadores assalariados; critério de área não foi considerado como preponderante (capítulo 1).

Tais informações não são, contudo, legitimadas como dados oficiais. Sobre tal limitação, Paz e Jara (2014, p. 76-77) ressaltam que

históricamente, los sistemas oficiales orientados a la registración de datos, como los censos nacionales agropecuarios, han carecido de variables que permitan una mejor identificación de la agricultura familiar, contribuyendo a su invisibilidad, en cuanto han ocultado su potencial productivo y sus posibilidades de jugar un papel más activo en la construcción de un desarrollo endógeno sostenible.

Schiavoni (2010, p. 49) destaca que as conclusões da referida pesquisa enfatizam “*la importancia numérica de la categoría*”. O mencionado estudo é frequentemente referenciado em trabalhos que envolvem algum tipo de caracterização da agricultura familiar da Argentina. Ademais, Obschatko, Foti e Román (2006) identificaram três tipos de pequenos produtores na Argentina, potencialmente classificáveis como familiares – os capitalizados (área média de 242 ha), os do estrato intermediário (área média de 107 ha) e os de subsistência (área média igual a 52 ha).⁵

Não obstante o critério utilizado por esses autores para caracterizar os pequenos produtores argentinos, notadamente a posse de capital, ter sido diferente dos critérios utilizados para definir legalmente a agricultura familiar e seus representantes,⁶ ainda assim a classificação efetuada gerou informações que são frequentemente utilizadas como uma caracterização da agricultura familiar. No quadro 2, algumas das informações relevantes destacadas por Obschatko, Foti e Román (2006) são expostas. Eles utilizaram os dados do Censo Agropecuário argentino de 2002.

Segundo os referidos autores, os pequenos agricultores argentinos ocupam cerca de 65% dos estabelecimentos agropecuários e cerca de 13,5% da área total. Entre os produtos de destaque produzidos predominantemente pelos pequenos produtores, incluem-se, com mais de 85% da produção, tabaco, algodão, erva-mate e cana-de-açúcar. Diversas hortaliças são produzidas primordialmente pelos pequenos produtores (entre 70% e 80% do total da produção). O valor bruto da produtividade dos pequenos agricultores correspondeu em 2002, de acordo com a metodologia de Obschatko, Foti e Román (2006), a cerca de 19,4% do valor bruto total da produção agropecuária argentina (quadro 2).

5. Obschatko, Foti e Román (2006, p. 36) resumem a tipificação em seu estudo:

“El criterio conceptual adoptado en este estudio, como resultado del análisis de los elementos mencionados, distingue tres tipos de pequeños productores:

- (T1) *un estrato superior de pequeño productor familiar capitalizado que -a pesar de la escasez relativa de recursos productivos con los que cuenta (tierra y capital) en relación al nivel medio de la actividad representado por el empresario agrario-, puede evolucionar (realizar una reproducción ampliada de su sistema de producción). No presenta en general rasgos de pobreza y sus principales carencias se refieren a servicios de apoyo a la producción (financiamiento y crédito, asistencia técnica, apoyo a la comercialización, a la integración en cadenas productivas, etc.);*
- (T2) *un estrato intermedio de pequeño productor familiar (los llamados campesinos o pequeños productores ‘transicionales’ por la teoría sociológica) que posee una escasez de recursos (tierra, capital, etc.) tal que no le permite la reproducción ampliada o la evolución de su explotación, sino solamente la reproducción simple (es decir, mantenerse en la actividad), y presenta algunos rasgos de pobreza por falta de acceso a servicios sociales básicos;*
- (T3) *un estrato inferior de pequeño productor familiar, cuya dotación de recursos no le permite vivir exclusivamente de su explotación y mantenerse en la actividad, (es ‘inviabile’ en las condiciones actuales trabajando sólo como productor agropecuario), por lo que debe recurrir a otras estrategias de supervivencia (trabajo fuera de la explotación, generalmente como asalariado transitorio en changas y otros trabajos de baja calificación), posee acentuadas condiciones de pobreza, y su mantenimiento en el campo se explica, en una gran mayoría de casos, por el aporte que recibe de programas públicos de asistencia social y por otros ingresos eventuales”.*

6. Sobre a Lei nº 27.118, art. 5º (Argentina, 2015), ver capítulo 1.

Um fato curioso constatado é a característica de pluriatividade dos pequenos produtores argentinos. Em 2002, 23% possuíam ocupação fora do estabelecimento agropecuário, muitos desses (55%) na condição de assalariados e em atividades fora do setor agropecuário (58%). Essa característica é comum não apenas na Argentina, mas também em muitos outros países da ALC.

QUADRO 2

Informações sobre os pequenos produtores agropecuários argentinos segundo estudo de Obschatko, Foti e Román (2006)

Variável	Descrição
Número de estabelecimentos agropecuários ¹	218.868 (65,5% do total da Argentina).
Área ocupada	Os estabelecimentos agropecuários dos pequenos produtores representam 23,5 milhões de hectares (equivalente a 13,5% da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários argentinos).
Pessoal ocupado	Os pequenos produtores são responsáveis por 53% do total de pessoas ocupadas no setor agropecuário argentino.
Valor bruto da produção agropecuária	19,4% do total do valor bruto da produção agropecuária argentina é gerado nos estabelecimentos dos pequenos produtores.
Valor da produção por estabelecimento agropecuário e por área	O valor da produção dos estabelecimentos dos pequenos produtores é, em média, 12% inferior ao valor dos demais estabelecimentos. O valor da produção por hectare, contudo, é superior.
Principais cultivos	Mais de 85% dos estabelecimentos que cultivam tabaco, algodão, erva-mate e cana-de-açúcar pertencem a pequenos produtores. No caso de muitas hortaliças, de 70% a 80% pertencem a tais produtores.
Regiões onde predominam os pequenos produtores	Regiões do norte da Argentina e Mesopotâmia. Menor presença, em termos percentuais, na região dos Pampas, na Patagônia e em Cuyo.
Distribuição dos pequenos produtores	Tipo 1 (mais capitalizado): 21%. Tipo 2 (intermediário): 27%. Tipo 3 (menos capitalizado): 52%.
Trabalho fora do estabelecimento agropecuário	23% dos pequenos produtores têm ocupação fora do estabelecimento agropecuário; 55% estão na condição de assalariados; e 58% desempenham atividades não relacionadas com o setor agropecuário.

Fonte: Obschatko, Foti e Román (2006).

Nota: ¹ Na Argentina, o termo oficial equivalente a estabelecimento agropecuário é *explotacione agropecuaria*.

Estudo de Paz e Jara (2014), *Censos y registros de la agricultura familiar en Argentina: esfuerzos para su cuantificación*, teve por objetivo comparar diferentes iniciativas de caracterização da agricultura familiar argentina, inclusive o mencionado estudo de Obschatko, Foti e Román (2006). Paz e Jara destacam como relevante a criação do Registro Nacional de Agricultura Familiar (Renaf), em 2007. Segundo os autores, em maio de 2014, o Renaf contava com 166.537 registros.

Apesar da relevância desse cadastro, Paz e Jara (2014, p. 84) destacam a seguinte limitação:

Cabe aclarar que una de las limitaciones del Renaf es que, en la practica, se registran principalmente a los productores beneficiarios de programas del Estado, mientras que para el resto de los productores la inscripcion es voluntaria, lo cual deja entrever un sesgo significativo ya que hay una parte del sector que no ha sido registrada.

O Chile não utiliza oficialmente a denominação *agricultura familiar*. Tal termo é preterido em prol da denominação mais genérica de pequeno produtor (capítulo 1). Independentemente disso, existem pesquisas que utilizam o termo e investigam a categoria de agricultores familiares chilenos. Berdegú e Pizarro (2014), por exemplo, elaboraram uma categorização da agricultura familiar chilena a partir de dados do Censo Agropecuário chileno de 2007.

A partir de tais dados e da opção em classificar um agricultor como familiar ou não por meio do critério de o trabalho empregado no estabelecimento ser predominante familiar, Berdegú e Pizarro (2014) identificaram alguns aspectos relevantes sobre a agricultura familiar chilena. De acordo com os critérios e a tipologia utilizada, os autores identificaram um total de 219.987 estabelecimentos pertencentes às diferentes categorias da agricultura familiar (“*hogares rurales*”, “*agricultores familiares diversificados*” e “*agricultores familiares especializados*”), ou seja, 78,9% do total do país. O percentual de estabelecimentos da agricultura familiar sobre o total de estabelecimentos agropecuários, as características de cada uma das três categorias de agricultura familiar consideradas, entre outras variáveis, são apresentados na tabela 7.

De acordo com a tipologia dos referidos autores, a maior parte dos estabelecimentos da agricultura familiar chilena pertencem ao tipo *hogares rurales*, 45% do total, categoria na qual a maior parte da renda familiar é proveniente de outras fontes que não aquelas relacionados às atividades agropecuárias. A superfície total cultivada, entretanto, é maior no grupo da agricultura familiar especializada, bem como o número de animais criados (tabela 7). Ademais, o percentual de estabelecimentos vinculados a cooperativas é baixo para qualquer uma das três categorias consideradas pelos pesquisadores.

TABELA 7
Características da agricultura familiar chilena segundo estudo e tipologia de Berdegué e Pizarro (2014)

Variável	<i>Hogares rurales</i>	Agricultura familiar diversificada	Agricultura familiar especializada
Percentual de renda proveniente da agropecuária (%)	< 25	25 - 50	> 50
Número de estabelecimentos agropecuários	125.609	34.940	59.438
Percentual sobre o total de estabelecimentos agropecuários chilenos (%)	45,0	12,5	21,3
Superfície total cultivada ¹ (ha)	173.985,3	88.542,6	222.020,5
Percentual sobre a área total cultivada pelos estabelecimentos agropecuários familiares ¹ (%)	35,9	18,2	45,9
Bovinos criados	398.031	239.548	673.261
Caprinos	201.837	89.228	232.384
Ovinos	390.657	214.371	513.163
Outros animais	240.125	113.811	281.101
Percentual de estabelecimentos associados a uma cooperativa (%)	2	2,5	3,3

Fonte: Berdegué e Pizarro (2014).

Nota: ¹ Não inclui a área coberta por matas nativas e por plantações florestais.

Existem outras fontes de informações que, apesar de não serem específicas sobre a agricultura familiar, podem auxiliar a caracterizar tal classe de agricultura do Chile. O Instituto Nacional de Estadísticas (INE) do Chile, responsável pela elaboração do *VII Censo Agropecuario y Florestal* de 2007 (INE, 2009b), publicou um documento complementar com dados exclusivos dos pequenos e dos médios estabelecimentos agropecuários chilenos (INE, 2009a).

Não obstante a não especificidade mencionada, não é exagero supor que a maioria, quiçá a totalidade, dos agricultores familiares chilenos estejam contemplados entre os pequenos e médios estabelecimentos incluídos no documento do INE (2009a). Em termos gerais, destacam-se algumas informações relevantes sobre esses estabelecimentos:

- cerca de 74,5% e 18,6% dos estabelecimentos agropecuários chilenos pertenciam, respectivamente, em 2007 (ano de realização do censo), às categorias de pequenos e médios;
- em contrapartida, a área ocupada pelos pequenos e médios estabelecimentos equivale a menos de 11% do total da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários chilenos (3,8% pequenos e 7,1% médios), sinal de significativa concentração fundiária no país;
- geram poucos empregos, os quais são, em sua maioria, temporários;

- os agricultores dos pequenos e dos médios estabelecimentos obtêm parte (em muitas regiões consideráveis) da renda fora desses estabelecimentos, e, frequentemente, as atividades não são vinculadas à agropecuária;
- o tamanho médio dos pequenos estabelecimentos no norte do Chile é igual a 2 ha; no centro, entre 4 ha e 7 ha; e no sul, em torno de 7 ha;
- os pequenos estabelecimentos são mais especializados na criação de animais de menor porte (porcos, ovelhas, aves etc.);
- entre 50% e 60% dos proprietários de pequenos e médios estabelecimentos declararam possuir educação básica e, cerca de 20%, educação média; e
- no geral, pequenos e médios estabelecimentos possuem grande capacidade de adaptação no que diz respeito ao uso do solo.

No Paraguai, como em todos os países da ALC, com exceção do Brasil, não existem dados oficiais sobre a agricultura familiar – no caso paraguaio, legalmente definida como *agricultura familiar campesina* (capítulo 1). O *Censo Nacional Paraguayo 2008* (Paraguai, 2009) não disponibiliza informações específicas sobre agricultura familiar, *agricultura campesina* (denominação frequentemente utilizada no país), ou *agricultura familiar campesina*.⁷

Os dados do mencionado censo indicam algo frequente na região (na ALC), a saber, a significativa concentração fundiária. Enquanto 264.117 estabelecimentos agropecuários com menos de 50 ha (91,4% dos 288.955 estabelecimentos paraguaios) ocupam apenas 6,3% da área total (1,96 milhão de hectares), 7.474 estabelecimentos com mais de 500 ha (2,6% do total) ocupam cerca de 84,8% da área total – 26,36 milhões de hectares. É de se supor que a quase totalidade dos agricultores familiares faz parte do grupo que possui estabelecimentos com 50 ha ou menos, frequentemente muito menos, de área total.

Segundo Rodríguez e Villalba (2016), existe uma tendência de crescente concentração fundiária no país. Apesar de ocupar pequena fração da área total, a agricultura familiar camponesa paraguaia é responsável pela produção de uma proporção, em muitos casos considerável, da produção total de diversos produtos agrícolas. Quanto a isso, Rodríguez e Villalba (2016) destacam o seguinte: 92,2% da produção total de milho *chipá*; 93,9% do total de feijão em vagem; 93,6% de mandioca; 97,1% de piña; 54,9% de leite; 93,2% de banana etc.

Alguns autores destacam as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares/camposinos paraguaios em realizarem as atividades produtivas (Rodríguez e Villalba, 2016; Foguel, 2021). Tais dificuldades envolvem acesso à terra; falta de

7. Denominação oficial mais recentemente legitimada por lei – capítulo 1.

visão global de desenvolvimento rural por parte do Estado; inexistência de incentivos e suporte apropriado para os agricultores familiares (assistência técnica, oferta de crédito, seguro-agrícola etc.); falta de infraestrutura etc.

Último país do Cone Sul considerado nesta subseção, o Uruguai tem presenciado crescente reconhecimento da agricultura familiar como categoria específica no universo agropecuário do país. Segundo Sganga *et al.* (2014), com base nos dados do *Censo General Agropecuario 2011* (Uruguai, 2011), dos 44.781 estabelecimentos identificados, 25.285 (56,4%) pertenciam à agricultura familiar.

Em termos de área média e área total ocupadas pelos estabelecimentos familiares em comparação aos não familiares, observa-se grande disparidade (inferior, contudo, à disparidade constatada no caso de outros países da ALC, como Brasil, Paraguai, entre outros). Enquanto a área média dos estabelecimentos não familiares é igual a 365 ha (área total igual a 16,3 milhões de hectares), a área média dos estabelecimentos familiares é igual a 89 ha (total equivalente a 2,2 milhões). Ou seja, a área ocupada pelos estabelecimentos familiares corresponde a apenas, aproximadamente, 14% do total.

Os agricultores familiares uruguaios se dedicam a diversas atividades agropecuárias. Entre as principais, destacam-se: pecuária de corte (54%), pecuária de leite (12%), horticultura (9%), ovinocultura (8%), cultivo de cereais e oleaginosas (4%), viticultura (2%), frutas diversas (2%), avicultura (2%), outras atividades (5%). Cerca de 50% dos 25.285 estabelecimentos da agricultura familiar localizam-se em cinco dos dezenove departamentos que dividem o território do Uruguai: Canelones (5.457), Colonia del Sacramento (2.082), San José (1.926), Lavalleja (1.700) e Tacuarembó (1.330) (Sganga *et al.*, 2014).

3.2.2 Andes e Amazônia: Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana e Suriname Mudando o foco territorial da análise sobre a caracterização da agricultura familiar na ALC um pouco mais para o centro-norte da América do Sul, observemos os casos dos demais países sul-americanos, a começar pela Bolívia. Um dos países mais pobres da ALC, parte significativa da pobreza e da extrema pobreza boliviana localiza-se no meio rural do país. Apesar disso, a agricultura familiar, mesmo inserida em ambiente de marcantes vulnerabilidades socioeconômicas (semelhante ao que ocorre em outras regiões com significativo número de agricultores familiares na ALC, por exemplo, no semiárido brasileiro), cumpre importante papel.

Segundo Maguiña (2015, p. 2), “*el abastecimiento de alimentos en el país está a cargo principalmente de los pequeños agricultores familiares, los que reciben poca compensación social y económica por ella*”. Sobre a agricultura familiar boliviana, Vargas (2017) destaca algumas importantes características, por exemplo, aquelas relacionadas às dimensões comunitárias e culturais dos povos originários/indí-

genas, principais representantes da agricultura familiar do país andino, os quais valorizam determinados princípios de relacionamento social, como a reciprocidade e a redistribuição.

Na Bolívia, esse aspecto de reconhecimento dos direitos dos povos originários constitui uma questão central na atuação estatal e no processo de inovação legal nas últimas duas décadas e possui, inclusive, implicações na ação governamental em relação à agricultura familiar. Esse reconhecimento talvez seja melhor exemplificado pela própria Lei Maio boliviana. Segundo Vargas (2017, p. 48),

la Constitución Política del Estado reconoce a 36 naciones indígenas originarios (aymara, araona, baure, bésiro, canichana, cavineño, cayubaba, chácobo, chimán, ese ejja, guaraní, guarasúwe, guarayu, itonama, leco, machajuyaikallawaya, machineri, maropa, mojeño-trinitario, mojeño-ignaciano, moré, mosetén, movima, pacawara, puquina, quechua, sirionó, tacana, tapiete, toromona, uru-chipaya, weenhayek, yaminawa, yuki, yuracaré y zamuco), cada una de ellas con su propia cultura y con diferentes situaciones sociales, económicas y productivas.

A legislação boliviana reconhece, desde, pelo menos, 1996, o direito dos povos originários a suas terras. Lei de 2006 – a Ley 3.545 (Bolívia, 2006) –, relacionada à reforma agrária na Bolívia, classificou as propriedades rurais (estabelecimentos agropecuários) do país em seis categorias, e quatro possuem relação com a agricultura familiar: terras indígenas comunitárias; propriedades comunitárias; solar campesino; e pequena propriedade rural.

Dos 871.927 estabelecimentos identificados pelo *Censo Nacional Agropecuario 2013* (INE, 2015), mais de 90%, segundo Vargas (2017), são da agricultura familiar e estão localizados, principalmente, nas regiões Altiplano e Valles. Os tipos de arranjos produtivos, comunitários, entre outros, da agricultura familiar boliviana são inúmeros. Existem aquelas famílias que se dedicam exclusivamente à agropecuária e ao extrativismo e, de tais atividades, obtêm a totalidade da renda; aquelas nas quais parte dos membros realiza atividades econômicas fora do estabelecimento agropecuário etc. Independentemente do arranjo, Vargas (2017) afirma que os agricultores familiares bolivianos conseguem pelo menos 40% da renda familiar anual das atividades agropecuárias e extrativistas.

As principais regiões de dispersão – e produção – dos agricultores familiares são estas: Amazonía, Altiplano, Gran Chaco, Llanos Tropicales e Valles. Em relação aos principais tipos de atividades da agricultura familiar nessas cinco regiões, incluem-se as mencionadas a seguir.

- Amazonía: extrativismo vegetal e pesca artesanal (indígenas); cultivos temporários; e criação de gado bovino (migrantes recentes).

- Gran Chaco: cultivo de milho (70% da área), feijão, amendoim, soja, tabaco, pimenta, frutas, hortaliças; e criação de bovinos, porcos e cavalos (em algumas regiões).
- Llanos Tropicales: cultivo de milho, mandioca, arroz, banana, amendoim, soja, algodão, girassol, cana-de-açúcar, feijão, hortaliças, frutas etc.; e criação de bovinos.
- Altiplano: cultivo de batata, milho, trigo, cevada, quinoa, entre outros; e criação de bovinos (carne e leite), ovinos, camelídeos (lhamas, principalmente, e alpacas).
- Valles: cultivo de milho, frutas (maçã, pêssego e uva), hortaliças (principalmente tomate); e produção de leite.

No Peru, país vizinho à Bolívia e com a qual compartilha importantes heranças culturais pré-hispânicas, a institucionalização da agricultura familiar também tem avançado nos últimos anos (capítulo 1), mas sem o mesmo reconhecimento conferido aos povos originários na Bolívia.

Linares (2020) caracterizou a agricultura familiar peruana a partir dos dados do *Censo Nacional Agropecuario 2012* (Inei, 2012). Para classificá-los em pertencentes à categoria de agricultura familiar, em detrimento da não familiar, o autor considerou dois requisitos, a saber: o tamanho dos estabelecimentos (obtido por um procedimento de reclassificação ou padronização dos tamanhos dos estabelecimentos de acordo com a localização no território peruano e o uso do solo predominante); e a presença de trabalho assalariado nos estabelecimentos.

Por meio do método empregado, Linares (2020) identificou que 97% dos 2.213.506 estabelecimentos agropecuários são familiares, em sua maioria localizados na região serrana do Peru (65%), em seguida na região amazônica (cerca de 20%) e, em menor número, na região costeira (cerca de 15%). Identificou ainda a relevância da agricultura familiar em termos do número de pessoas ocupadas, muito superior ao de pessoas ocupadas na agricultura não familiar.

Casas (2018) destacou o número de estabelecimentos agropecuários peruanos a partir de metodologia diferente da utilizada por Linares (2020). Apesar disso, com base nos dados do Censo Agropecuário peruano mais recente (Inei, 2012), o autor chegou a um resultado semelhante ao de Linares. De acordo com o método de Casas (2018), 2.156.833 estabelecimentos agropecuários são familiares (97,4%), dos quais 87% pertencem à agricultura familiar de subsistência (estabelecimentos menores que 2 ha); 10,1% são da agricultura familiar intermediária (área entre 2 ha e 5 ha); e 2,1% relacionam-se à agricultura familiar consolidada (área entre 5 ha e 10 ha). Entre os principais cultivos da agricultura familiar, incluem-se milho, batata, pimenta, quinoa, frutas, hortaliças etc.

Na Colômbia, o meio rural de parte do país, e aquilo que se conhece como agricultura familiar, foi durante décadas impactado pelos conflitos entre o Estado nacional e diferentes grupos revolucionários. Criados na década de 1960, grupos como o Exército de Libertação Nacional (ELN), o Movimento Revolucionário 19 de Abril (M-19) e, principalmente, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), criada em 1964, ocuparam vastas porções do território colombiano durante muitos anos. Em determinado momento da década de 1990, as Farc controlavam cerca de 40% daquele território.⁸

Esse conflito possivelmente explica o relativo atraso de parte do meio rural colombiano e a pobreza de seus habitantes, inclusive de agricultores e suas famílias. Durante décadas, o Estado se manteve ausente de parte do território, e pesquisas destinadas a oferecer informações sobre a população e a economia de uma porção do meio rural não foram realizadas, como é o caso de Censos Agropecuários. Em função disso, algumas características do meio rural e da agricultura familiar colombianos não são positivos. Osorio (2016) destaca o caráter de exclusão vivenciado pelos agricultores familiares. De acordo com o autor (Osorio, 2016, p. 35),

distintos factores de orden estructural han marcado la suerte de los agricultores familiares en Colombia, especialmente la concentración de la tierra, la violencia y el desplazamiento. El índice Gini, que mide el grado de concentración de la tierra, muestra un valor de 0,86 para Colombia (PNUD, 2011),⁹ siendo 1,0 el valor de mayor inequidad en su distribución; este valor convierte a Colombia en el país con la situación más crítica en América Latina. Efectivamente para el 2009, según datos del PNUD (2011),¹⁴ mientras el 52,2% de la tierra agrícola del país estaba en manos del 1,15% de los propietarios más capitalizados, el área en minifundio equivalía al 10,59% del total y estaba en manos del 78,31% de pequeños propietarios o poseedores de tierra, con un promedio de hectáreas para pequeños productores equivalente a 4,03 ha, mientras que el promedio para grandes era de 193,8 ha.

Em 2014, após mais de quarenta anos sem a realização de pesquisa censitária agropecuária, um censo foi realizado. Contudo, ele não oferece informações específicas sobre a agricultura familiar. O conceito de agricultura familiar no país passou a ser adotado, oficialmente, apenas em 2017, como *agricultura campesina, familiar e comunitária*,¹⁰ o que ocorreu apenas depois da elaboração e da publicação do censo mais recente do país.

Apesar de não oferecer informações agregadas sobre a agricultura familiar, o *Tercer Censo Nacional Agropecuario* (Dane, 2016) foi utilizado por Ospina (2022) para identificar algumas características da agricultura familiar colombiana. A autora

8. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historia/farc.htm>. Acesso em: 8 ago. 2023.

9. PNUD – Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. *Colombia rural: razones para la esperanza* – Informe Nacional de Desarrollo Humano. Bogotá: PNUD Colombia, 2011.

10. Historicamente, o conceito mais frequentemente utilizado na Colômbia era o de *agricultura campesina* – ver capítulo 1.

afirma que estes são os principais cultivos dos agricultores familiares da Colômbia: café, banana-da-terra, bananas comuns,¹¹ mandioca, batata, arroz, frutas cítricas. Entre a criação animal, os destaques são: porcos, ovinos, caprinos.

No Equador, a agricultura familiar começou a ser institucionalizada no âmbito estatal recentemente, em 2016, um ano antes do que ocorreu na Colômbia. O Censo Agropecuário equatoriano mais recente é de 2000 (Inec, 2001) e não disponibiliza informações específicas sobre a agricultura familiar.

Por meio de determinados critérios, Carmagnani (2008) realizou uma classificação dos estabelecimentos agropecuários identificados no Censo 2000. A partir de tal procedimento, o autor identificou algumas características da agricultura familiar equatoriana à época do referido censo. Nesse sentido, afirma Carmagnani (2008, p. 36):

Se puede afirmar que la agricultura familiar ecuatoriana se compone de 250.000 productores, 30 % del total, y estos disponen de 4 millones de has (33 %) de la superficie agropecuaria total. Dentro de una visión estrictamente agropecuaria de la agricultura familiar, indica además que “se trata además de una agricultura articulada al mercado, con el mercado de tierra, con el trabajo agrícola rural y urbano, con el mercado de capitales de las instituciones de crédito y con el mercado de bienes”.

Esse número parece ser, contudo, um pouco baixo. Conforme exposto até aqui, a participação do número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar sobre o total dos países analisados é, geralmente, superior a 70% ou até mesmo 80%. Valle (2013) apresenta uma pesquisa mais abrangente sobre a questão. Em vez de utilizar os dados do Censo Agropecuário equatoriano de 2000 (Equador, 2001), usou elementos da *Encuesta de Condiciones de Vida* (ECV) de 2006 (Inec, 2006). Através dos critérios e da classificação dessas informações, Valle (2013) identificou a existência de 670.400 *unidades productivas agropecuarias* (UPAs) – termo equivalente a estabelecimento agropecuário – equatorianas familiares, entre as quais 394.106 pertencem à tipologia da agricultura familiar especializada (renda proveniente da agropecuária > 75% do total), e 276.294 pertencem à agricultura familiar diversificada.

O Censo Agropecuário equatoriano de 2000 (Equador, 2001) registrou a existência de 842.882 UPAs. Desse modo, o número de estabelecimentos agropecuários familiares identificados por Valle (2013) equivale a cerca de 79,5% do total equatoriano. Esse número, por sugestão do observado para os demais países considerados neste livro, parece mais coerente. A maior parte (60,2%) localiza-se na região serrana do Equador, seguida pela região costeira (31,1%) e, por último,

11. É possível comer esses tipos de banana sem a necessidade de cozimento prévio (banana-prata, banana-nanica, banana-maçã, entre outras variedades).

pela região amazônica (8,7%). Os principais produtos cultivados são: arroz, milho, cacau, café, banana, dendê.

Para encerrar esta seção, resta fornecer alguma informação relativa à caracterização da agricultura familiar nos três países sul-americanos ainda não abordados – Venezuela, Suriname e Guiana. Expor algo sobre a agricultura familiar dessas nações, assim como é o caso de outros países da ALC (notadamente o Caribe), não é das tarefas mais fáceis. De acordo com dados do Banco Mundial para 2022, Suriname e Guiana, com população relativamente diminuta, igual a, respectivamente, 618.040 e 808.726,¹² possuem boa parte de seus territórios cobertos pela floresta Amazônica. Informações sobre o setor agrícola e, principalmente, sobre o que pode ser considerado agricultura familiar nesses países são raras. Em termos de informações oficiais, o último Censo Agropecuário realizado na Guiana foi em 1954.

No caso do Suriname, encontra-se menção na internet da existência de um censo realizado em 2008. Após busca em diversos sítios eletrônicos do governo do país sul-americano/caribenho e de organismos internacionais, não se obteve, entretanto, acesso à referida pesquisa. No documento *Suriname – Agricultural Census 2008: explanatory notes*, disponível no *site* da FAO (2008), afirma-se que tal censo ainda não foi publicado.

A situação venezuelana é peculiar. Ao contrário do Suriname e da Guiana, a Venezuela consiste em um país com maior extensão territorial e população (28.301.696, em 2022).¹³ Ao longo do século XX, em função das vastas reservas de petróleo, o país e sua sociedade vivenciaram períodos de afluência econômica, sem contraparte, em determinados períodos ao longo do século, no continente sul-americano ou mesmo na América Latina como um todo.

Em função de processos políticos internos e questões geopolíticas internacionais, a Venezuela, a partir dos anos 2000, iniciou um período de declínio econômico, social, estatal relativamente longo, o qual perdura até os dias atuais. Mendes, Silva e Senhoras (2022) descrevem de modo esclarecedor e sintético todo o histórico de ascensão e queda multivariável do país. Nesse processo de decadência, as instituições governamentais responsáveis pela realização de importantes pesquisas sobre a economia e a sociedade venezuelanas (por exemplo, o Censo Agropecuário), como universidades e outras organizações, entraram em colapso. Por esse motivo, há uma ausência de estatísticas recentes e confiáveis sobre a agricultura venezuelana e, também, uma escassez, comparativamente a outros países da ALC, de trabalhos acadêmicos analíticos sobre a economia local, inclusive a agricultura

12. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country>. Acesso em: 8 ago. 2023.

13. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country>. Acesso em: 8 ago. 2023.

e, mais especificamente, a agricultura familiar. Em função de tais fatores, opta-se por não apresentar informações sobre a agricultura familiar venezuelana.

3.3 América Central

Ao contrário da América do Sul, onde o processo de institucionalização da agricultura familiar avançou na maioria dos países da região, nos quais pelo menos uma definição legal dessa categoria foi aprovada (capítulo 1), na América Central, esse processo tem sido mais lento. Apenas três dos sete países centro-americanos (Panamá, Costa Rica e Honduras) possuem uma definição oficial de agricultura familiar. Isso não significa que tal categoria não exista. Muito pelo contrário, os agricultores familiares são ubíquos nessas regiões, como se observa na América do Sul. Uma breve caracterização da categoria será apresentada nesta subseção.

Os Censos Agropecuários dos países da região são relativamente recentes (quadro 1), com exceção da Guatemala (o último foi elaborado em 2004) e, principalmente, Honduras (o último é de 1993). Costa Rica realizou um censo em 2014 (Inec, 2015); El Salvador, em 2008 (El Salvador, 2009); Nicarágua, em 2011;¹⁴ Panamá, em 2011 (Inec, 2012); e Belize,¹⁵ em 2011. Nenhum desses documentos incluem a categoria agricultura familiar no âmbito da investigação.

Para contornar a escassez de dados oficiais específicos sobre a categoria, pesquisadores recorrem a diversos artifícios – alguns exemplos constam da seção anterior – sobre a agricultura familiar na América do Sul. Graeub *et al.* (2016) investigaram a agricultura familiar ao redor do mundo. Para isso, tiveram de se basear em diversas considerações metodológicas e recorrer ao auxílio de variadas fontes bibliográficas secundárias (de certo modo, semelhante ao que é feito ao longo deste livro em relação à ALC). No caso da América Central, esses autores incluíram Panamá, El Salvador, Nicarágua e Guatemala na análise. Em todos, considerou-se que mais de 80% dos estabelecimentos agropecuários pertencem à agricultura familiar.

Para caracterizar a agricultura familiar naquilo que se relaciona aos principais cultivos e às criações nos países da América Central, opta-se por recorrer aos dados dos censos dos respectivos países. Nesse sentido, para realizar tal investigação, utilizou-se o critério de tamanho de área dos estabelecimentos como indicador da agricultura familiar (quadro 3). Optou-se por excluir Honduras em função de o censo mais recente do país apresentar dados desatualizados (o último foi elaborado em 1993).

14. Disponível em: <https://www.inide.gob.ni/Home/dataBasesCENAGRO>. Acesso em: 2 dez. 2022.

15. O acesso a essa pesquisa não foi obtido para a realização deste estudo. Informações do Censo Agropecuário 2011 de Belize foram adquiridas, indiretamente, da publicação *Climate-smart agriculture in Belize* (Ciat e World Bank, 2018).

QUADRO 3

Características selecionadas da agricultura familiar nos países da América Central

País	Número de estabelecimentos agropecuários e porcentagem do total	Porcentagem de estabelecimentos da agricultura familiar por classe de área	Principais cultivos	Pecuária
Belize	57%	< 20 ha (57%)	Cana-de-açúcar; milho; feijão; frutas cítricas	Gado bovino
Costa Rica	83.714 (89,9%)	3,3% (estabelecimentos agropecuários sem terra); 14,7% (<1 ha); 12,2% (1-2 ha); 9,3% (2-3 ha); 6,5% (3-4 ha); 5,9% (4-5 ha); 15,5% (5-10 ha); 11,5% (10-20 ha); 10,7% (20-50 ha)	Milho; feijão; café; mandioca; banana-da-terra; banana	Aves; gado bovino
El Salvador	325.044 (82%)	-	Milho; feijão; café	Aves; porcos
Guatemala	718.763 (81,4%)	41,1% (<0,7 ha); 19,4% (0,7-1,4 ha); 20,9% (1,4-3,5 ha)	Milho-branco; milho-amarelo; feijão-preto; batata; banana; café; abacate; pês-sego; laranja; cardamomo	Galinhas, galos, frangos; mulas e asnos; porcos; gados
Nicarágua	223.374 (83,1%)	11,8% (< 0,35 ha); 6,2% (0,35-0,7 ha); 14,2% (0,7-1,75 ha); 13,3% (1,75-3,5 ha); 12,5% (3,5-7 ha); 11,1% (7-14 ha); 13,9% (14-35 ha)	Milho; feijão; mandioca; café; frutas cítricas	Aves
Panamá	202.489 (81,1%)	42,7% (< 0,5 ha); 5,7% (0,5-1 ha); 11,1% (1-2 ha); 6,9% (2-3 ha); 4,3% (3-4 ha); 2,8% (4-5 ha); 8,1% (5-10 ha)	-	-

Fontes: Para Belize, Ciat e World Bank (2018); Costa Rica (2015); El Salvador (2009); INE (2005); Inec (2012); e Nicarágua (disponível em: <https://www.inide.gov.ni/Home/dataBasesCENAGRO>; acesso em: 2 dez. 2022).

Elaboração do autor.

A área limite dos estabelecimentos da agricultura familiar foi identificada como aquela na qual se ultrapassa o número de estabelecimentos acumulados equivalente a 80% do total de cada país. No caso de Belize, não se utilizou tal procedimento em função da indisponibilidade de dados sobre o número de estabelecimentos por classe de área – em vez disso, utilizaram-se os dados disponíveis em Ciat e World Bank (2018).

Deve-se salientar que tal procedimento é suscetível, como qualquer manipulação estatística, a uma certa margem de erro (nesse caso, de magnitude desconhecida). Por meio de tal procedimento, o tamanho máximo da área dos estabelecimentos agropecuários familiares nesses países é bastante distinto, desde 3,5 ha na Guatemala até 35 ha na Nicarágua e 50 ha na Costa Rica.

Tais dados devem ser, portanto, considerados com certa dose de precaução. Eles são úteis para se permitir investigar a distribuição percentual total dos estabelecimentos pelas classes de área nas quais, muito provavelmente, encontram-se a maioria dos estabelecimentos representativos da agricultura familiar e, também, os principais cultivos e as criações animais correspondentes aos estabelecimentos dessas classes.

Ao comparar os resultados apresentados no quadro 3 com estatísticas correspondentes encontradas em determinados estudos, identifica-se considerável proximidade numérica, por exemplo, com os dados de estabelecimentos agropecuários da Nicarágua – 223.374 (quadro 3). Através do uso dos mesmos dados, aqueles do IV Censo Nacional Agropecuario 2011,¹⁶ Rodríguez *et al.* (2013) chegaram a um resultado semelhante. De acordo com tais autores, a agricultura familiar nicaraguense seria representada por 226.315 estabelecimentos agropecuários em 2011, uma diferença de menos de 1,5% com relação à estimativa exposta no quadro 3.

Em termos de principais produtos, constata-se certa semelhança entre os países centro-americanos. No caso de produtos derivados de lavouras temporárias, destacam-se milho, feijão e mandioca. Entre aqueles relacionados às lavouras permanentes, o principal destaque é o café, seguido por cana-de-açúcar, frutas cítricas, banana. O principal tipo de criação animal consiste nas espécies avícolas (galinhas, galos, frangos etc.).

Em termos da área dos estabelecimentos familiares, os dados do quadro 3 são, em alguns casos, curiosos, especificamente com relação ao tamanho diminuto da área em determinados países da região. No que diz respeito ao Panamá, chama atenção o tamanho diminuto da área de um grande número de estabelecimentos, de modo que 106.143, ou seja, 42,7% do total (quadro 3), possuem menos de 0,5 ha de área, dos quais 88.675 (35,6%) apresentam menos de 0,1 ha. Na Guatemala, 41,1% dos estabelecimentos agropecuários têm área inferior a 0,7 ha; e 81,4% do total possuem área menor que 3,5 ha.

Comparativamente ao Panamá e à Guatemala, os estabelecimentos nicaraguenses são maiores. Do total de estabelecimentos da agricultura familiar na Nicarágua, Rodríguez *et al.* (2013) estimam que cerca de 75% pertençam à agricultura familiar especializada (aquela que utiliza mais capital obtém percentual maior da renda familiar da atividade agropecuária realizada no estabelecimento) e que possuam área média superior aos 25% restantes, os quais são pertencentes aos agricultores familiares classificados na tipologia agricultura diversificada (menor percentual da renda proveniente da agropecuária). Nesse país, o percentual da área total ocupado pela agricultura familiar é considerável, o que equivale a 60,2%, de acordo com Rodríguez *et al.* (2013). Tal percentual é raro na ALC, pois, geralmente, a totalidade dos estabelecimentos agropecuários familiares ocupa uma pequena fração do espaço.

Dos sete países da América Central, infelizmente não é possível expor nenhuma consideração sobre a agricultura familiar de Honduras. Mesmo Belize, por meio de relatório do Banco Mundial (Ciat e World Bank, 2018), pautado

16. Disponível em: <https://www.inide.gob.ni/Home/dataBasesCENAGRO>. Acesso em: 2 dez. 2022.

em dados do Censo Agropecuário 2011, ofereceu alguma informação. No caso de Honduras, tanto em função da desatualização de dados oficiais sobre a agricultura do país quanto em razão da escassez de fontes bibliográficas com informações relevantes, isso não foi possível. Na próxima subseção, a agricultura familiar caribenha será abordada.

3.4 Caribe

Caracterizar a agricultura familiar caribenha constitui o maior desafio deste capítulo. Conforme observado no capítulo 1, em toda a ALC, o Caribe é a região onde esse conceito é menos comum. Apenas República Dominicana e Haiti (quadro 2, capítulo 1) possuem definições legais. Em função disso, nenhum país (nem República Dominicana nem Haiti) inclui a categoria em suas pesquisas oficiais sobre a agropecuária e o meio rural, e, conseqüentemente, não existem estatísticas oficiais sobre ela.

Essa inexistência de informações foi constatada, contudo, para todos os países da América do Sul – com exceção do Brasil – e da América Central. O que efetivamente torna ainda mais complexa, portanto, a caracterização da agricultura familiar caribenha em comparação à sul e centro-americana? A escassez de informações confiáveis – e com algum nível de detalhamento – sobre o setor agrícola desses Estados no geral.

Dos treze países caribenhos soberanos considerados para a elaboração deste livro, muitos não possuem Censos Agropecuários atualizados (com, no mínimo, menos de vinte anos desde sua realização). Barbados (último censo de 1989), Bahamas (último censo de 1994), Dominica (último censo de 1995), República Dominicana (último censo de 1998), São Vicente e Granadinas (último censo de 2000), São Cristóvão e Neves (último censo de 2000) e Cuba (último censo de 1952) não possuem versões recentes desse tipo de investigação.

Em função de tais limitações, a principal fonte caribenha consiste naquela disponível em referências bibliográficas diversas, como artigos acadêmicos e documentos de organismos internacionais. Estudo de Dolly e Ennis (2017), realizado para o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), oferece algumas características da agricultura familiar em certas nações caribenhas. Deve-se ressaltar que essa pesquisa teve natureza eminentemente qualitativa, pautada em entrevistas com pequeno número de agricultores familiares.

Uma primeira característica ressaltada por Dolly e Ennis (2017) refere-se à pequena área média da maior parte dos estabelecimentos agropecuários nos países caribenhos. Em grande medida, isso se explica pelo reduzido território da maior parte desses locais. Por meio da conferência dos dados dos Censos Agropecuários de algumas dessas nações, os autores identificaram que um percentual considerável

do total de estabelecimentos possui área menor do que 10 ha, por exemplo, em Barbados, estabelecimentos menores que 10 ha correspondem a 71%; na Dominica, 97%; em São Vicente e Granadinas, 99%; e em Trinidad e Tobago, 96%.

O Censo Agropecuário jamaicano de 2007 (Statin, 2007) confirma essa característica dos estabelecimentos caribenhos. No caso jamaicano, dos 226.683 estabelecimentos agropecuários (denominados, simplesmente, de fazendas),¹⁷ cerca de 151 mil possuíam menos de 1 ha; 43 mil tinham entre 1 ha e 5 ha; e 28 mil, aproximadamente, consistiam em estabelecimentos sem área. Ou seja, a quase totalidade dos estabelecimentos jamaicanos tinham, no ano em questão, menos de 5 ha.

No Haiti, de acordo com Jara e Muñoz (2014), 94% dos estabelecimentos apresentam menos de 3 ha; e 44%, menos de 0,5 ha. Segundo esses autores, 90% dos 1.018.951 estabelecimentos haitianos pertencem à agricultura familiar. Entre os principais produtos, destacam-se cana-de-açúcar, milho, mandioca e inhame.

Em outros países caribenhos, alguns dos principais produtos agrícolas – muitos deles produzidos pela agricultura familiar – são os itens listados a seguir (Jara e Muñoz, 2014; Wuddivira *et al.*, 2017).

- Antígua e Barbuda: algodão, hortaliças.
- Barbados: mandioca, inhame, cana-de-açúcar.
- Dominica: banana, frutas cítricas.
- Granada: banana, banana-da-terra, cacau, temperos (noz-moscada), manga.
- Haiti: milho, mandioca, inhame, cana-de-açúcar.
- Jamaica: café, frutas cítricas, cacau, banana, cana-de-açúcar.
- República Dominicana: milho, arroz, cacau, banana, café.
- Santa Lúcia: banana, coco.
- São Cristóvão e Neves: batata, cebola.
- São Vicente e Granadinas: araruta, banana.
- Trinidad e Tobago: frutas cítricas, cacau, coco.

3.5 México

No México, como no Caribe e em parte da América Central, o conceito de agricultura familiar se imiscui no discurso político e dos agentes estatais mais recentemente. Conforme exposto no capítulo 1, projeto de lei foi apresentado no

17. "Farm" em inglês, idioma oficial da Jamaica.

congresso mexicano em 2015 para definir legalmente a agricultura familiar. Não foi identificado, todavia, se o referido projeto foi submetido à votação e, eventualmente, à aprovação por parte dos parlamentares mexicanos.

Apesar disso, encontram-se na literatura acadêmica diversos estudos que utilizam o conceito para avaliar o setor agropecuário e o meio rural mexicanos. Alguns autores questionam o sentido de se utilizar esse conceito para o México, por exemplo, Sánchez, Suárez e Sangerman-Jarquín (2017, p. 963), os quais afirmam que “*es urgente reconocer el peligro y el fracaso que ha significado adoptar conceptos por tendencia, teorizar y más aún considerar compatible dichos términos a la realidad mexicana*”.

Independentemente de tal questionamento, é relativamente observável uma ampliação dessa ideia – por pesquisadores mexicanos, inclusive – com relação à agricultura mexicana, geralmente relacionada (ou herdeira) ao conceito de *agricultura campesina*. Estudo realizado pela Secretaria de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación mexicana (Sagarpa e FAO, 2014), com apoio da FAO, apresenta uma estimativa do número de estabelecimentos agropecuários familiares (*unidades económicas rurales* – denominação utilizada no país) em 2012.

De acordo com esse estudo, dos 5,32 milhões de estabelecimentos,¹⁸ 1,19 milhão (22,4% do total) faz parte da agricultura familiar de subsistência, sem vínculos com o mercado; 2,69 milhões (50,6%) são representantes de um modelo de agricultura familiar de subsistência vinculado ao mercado; e 448 mil (8,4%) pertencem a uma categoria em transição entre a agricultura de subsistência e a empresarial (Sagarpa e FAO, 2014). O tamanho dos estabelecimentos é, predominantemente, pequeno. Dos 5,54 milhões identificados no Censo Agropecuário mexicano de 2007 (Inegi, 2009), cerca de 2,41 milhões possuíam menos de 2 ha (43,5% do total), e 1,27 milhão (22,9%) tinha área entre 2 ha e 5 ha.

Quanto aos principais cultivos, o *VIII Censo Agrícola, Ganadero y Forestal 2007* (Inegi, 2009) oferece informações gerais sem, contudo, apresentar dados referentes à área plantada (ou colhida) e à produção total de cada cultivo desagregado por classes de tamanho da área dos estabelecimentos. Desse modo, não é possível inferir quais são os cultivos principais da agricultura familiar (ou seu equivalente, os estabelecimentos agropecuários de menor área). É possível apenas indicar os principais produtos da agropecuária mexicana em geral, com um indicativo do número total de produtores e criadores de espécie vegetal e animal em 2007, conforme verificado a seguir.

18. O número total de *unidades económicas rurales* considerado no estudo de Sagarpa e FAO (2014), 5,32 milhões, difere um pouco do número constante no *VIII Censo Agrícola, Ganadero y Forestal 2007* (Inegi, 2009). No referido censo, o número identificado é 5,54 milhões.

- Milho-branco: 2,14 milhões de estabelecimentos produtores (38,6%).
- Feijão: 526 mil estabelecimentos (9,6%).
- Milho-amarelo: 484 mil estabelecimentos (8,4%).
- Gado bovino: 1,1 milhão de estabelecimentos (20,3%).
- Criação de porcos: 979 estabelecimentos (17,8%).
- Criação de aves: 2,53 milhões de estabelecimentos (45,7%).

Ressalta-se que, de acordo com informações apresentadas no relatório metodológico mexicano de 2007 (Inegi, 2007), aproximadamente 970 mil estabelecimentos não realizaram a sementeira no referido ano por motivos diversos. Entre as razões, enfatizam-se estas: 33% por falta de dinheiro ou apoio; 25% para deixar a terra em pousio; e cerca de 31% por outros motivos (Inegi, 2007).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo teve por intuito oferecer ao leitor algumas informações básicas sobre a agricultura familiar nos países latino-americanos e caribenhos. Como a agricultura familiar ainda constitui uma categoria em construção, do ponto de vista institucional de governos e instituições oficiais na região, a disponibilidade de dados específicos ainda é escassa – provavelmente, a única exceção é o Brasil.

Por meio de consulta a uma variedade de registros estatísticos nacionais (principalmente representados pelos censos), publicações de organismos internacionais e literatura acadêmica, supõe-se que, apesar das limitações estatísticas, ao final da leitura do capítulo, o leitor tenha obtido um conjunto mínimo de informações. Entre elas, destacam-se as seguintes: número de estabelecimentos da agricultura familiar nos países da ALC; proporção de países sobre o total de estabelecimentos em cada país; principais cultivos vegetais e criações animais. Para aqueles países cujas informações relevantes adicionais, de *fontes confiáveis*,¹⁹ estavam disponíveis, estas também foram apresentadas. Isso ocorreu para alguns países sul-americanos, como Brasil, Argentina, Chile.

A caracterização da agricultura familiar apresentada neste livro não se encerra neste capítulo. No próximo, serão abordadas questões relacionadas ao uso da tecnologia por parte dos agricultores familiares na ALC. Por meio de alguns indicadores relacionados, por exemplo, ao uso de determinados insumos, a análise

19. Em buscas na internet, frequentemente o pesquisador se depara com informações disponíveis em sítios eletrônicos de diferentes jornais, associações e entidades de algum modo vinculadas à categoria e/ou ao meio rural nos países da ALC. Em alguns desses sítios, são apresentadas “estatísticas” que, frequentemente, não são nada mais do que a opinião de algum entrevistado e/ou de algum membro de determinada associação. No geral, sem a identificação de outra fonte que suportasse a credibilidade da “estatística”, elas foram desconsideradas.

terá o foco de esclarecer ao leitor, um pouco que seja, as limitações de acesso e os desafios inerentes ao uso de tecnologias que tornem a produção da agricultura familiar na região mais eficiente e produtiva.

Quanto aos elementos caracterizadores aqui apresentados, é possível tecer alguns comentários. Inicialmente, o tamanho da área média ocupada pelos estabelecimentos familiares é, na maioria dos países, diminuto. Mesmo no Brasil, gigante territorial, é muito inferior à média dos estabelecimentos não familiares. Na maioria dos países da região, a concentração fundiária constitui fenômeno facilmente observável. Apesar de a concentração de terras não constituir tema do capítulo, a disparidade do tamanho das áreas é, frequentemente, tão significativa, que não mencioná-la (principalmente, não mencionar sua consequência) representa possível falha da análise.

A consequência da exiguidade da área disponível para a realização das atividades agropecuárias no estabelecimento familiar típico regional consiste na dificuldade de obter renda suficiente para proporcionar qualidade de vida digna ao agricultor e a seus familiares, de modo que esse trabalhador seja capaz de iniciar um processo de acumulação de recursos financeiros e invista em tecnologias de produção mais eficientes. Com pouca área disponível e sem meios, capital, tecnologia para investir em cultivos e criações mais rentáveis, muitos agricultores familiares da ALC ficam presos em um ciclo de pobreza, penúria e subsistência.

Mesmo com a escassez de dados estatísticos disponíveis, não é difícil constatar que a realidade da agricultura familiar dessa região está, no geral, imiscuída com pobreza, baixa renda e limitações na capacidade de produção agropecuária. Tal afirmação contrasta com um retrato da agricultura familiar mais “colorido” e positivo pintado por publicações variadas (frequentemente acadêmicas) que propagam a afirmação convencional de que a agricultura familiar é responsável pela produção de 70% dos alimentos no mundo.

Na subseção 3.1 deste capítulo, por exemplo, essa convenção foi questionada. Os dados lá expostos não evidenciam que a agricultura familiar brasileira produz 70% do total dos alimentos consumidos no Brasil, conforme veiculado em notícias diversas (nota de rodapé 11 na referida seção). O mesmo tipo de afirmação é observado em artigos referentes à agricultura familiar de outros países da ALC, por exemplo, o caso colombiano (Forero, 2010).

Isso não significa, contudo, que a agricultura familiar regional não possa ampliar a capacidade produtiva e, eventualmente, contribuir com 70%, ou mais, da produção de alimentos em seus respectivos países.²⁰ Em função da prevalência da desnutrição em muitos países da ALC, essa contribuição seria muito alvissareira.

20. Isso será abordado no capítulo 7.

Deve-se ressaltar que frequentemente a agricultura familiar ocupa porção restrita da área total destinada para a agropecuária em muitos países, além de estar submetida a uma série de outros desafios, como falta de crédito, falta de assistência técnica, falta de infraestrutura, dificuldade de acesso a tecnologias e água. Nos próximos capítulos, desafios relacionados a limitações diversas serão explorados.

Em relação ao que foi abordado neste capítulo, cumpre reforçar a importância de realizar pesquisas de base abrangentes sobre o setor agropecuário dos países latino-americanos e caribenhos, bem como o meio rural e a agricultura familiar desses lugares. Foi demonstrado no capítulo 1 que a agricultura familiar constitui conceito em processo de adoção na ALC.

Caso os governos locais optem por oferecer algum tipo de apoio a esses agricultores, iniciativa salutar em função de diferentes motivos (alguns mencionados ao longo do livro) – a começar pela inclusão social e produtiva de parcela considerável da população do meio rural, frequentemente em condições muito aquém do ideal e marginalizadas –, constitui, ou deveria constituir, o primeiro passo desse processo conhecer melhor a categoria, suas propriedades rurais, suas moradas, sua produção e todas as características inerentes a ela, suas fontes de renda etc.

Reiteradas vezes abordado ao longo deste capítulo, esse conhecimento por parte dos governos da ALC está muito abaixo do que é necessário. Censo Agropecuários que não contemplam a categoria e, em muitos casos, defasados não contribuem com informações necessárias para, entre outros aspectos, permitir o delineamento de políticas públicas especificamente destinadas a oferecer suporte produtivo variado aos agricultores familiares latino-americanos e caribenhos.

Mesmo no Brasil, país que mais avançou nesse processo, no ínterim entre o início, em meados da década de 1990, e os dias atuais, muitas avaliações no próprio âmbito governamental contribuíram para identificar diversos aspectos a serem aprimorados em relação aos esforços em oferecer um apoio estatal custo-efetivo para os agricultores familiares. O caso da principal política pública brasileira destinada à categoria, a saber, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), evidencia isso. Esse programa será abordado no capítulo 4. No próximo capítulo, conforme explicitado anteriormente, a tecnologia e a agricultura familiar no Brasil e na ALC constituirão o ponto focal de análise.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. Ley nº 27.118, de 20 de enero de 2015. Declárase de interés público la agricultura familiar, campesina e indígena. régimen de reparación histórica. Creación. **Boletín Oficial de la República Argentina**, v. 123, n. 33059,

20 jan. 2015. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-27118-241352/texto>. Acesso em: 26 set. 2022.

BERDEGUÉ, J. A.; PIZARRO, F. R. **La agricultura familiar en Chile**. Santiago: Rimisp, 2014. (Serie Documentos de Trabajo, n. 152).

BOLÍVIA. Ley nº 3.525, de 21 de noviembre de 2006. Ley de regulación y promoción de la producción agropecuaria y forestal no maderable ecológica. **Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia**, La Paz, 21 nov. 2006.

CARMAGNANI, M. La agricultura familiar en América Latina. **Problemas del Desarrollo**, v. 39, n. 153, p. 11-56, 2008.

CASAS, L. A. V. **La agricultura familiar en el Perú, ¿qué está en juego?** Una mirada desde la Cooperación Internacional Privada. 2018. Dissertação (Mestrado) – Facultad de Ciencias Sociales, Universidad Abat Oliba CEU, Barcelona, 2018.

CIAT – INTERNATIONAL CENTER FOR TROPICAL AGRICULTURE; WORLD BANK. **Climate-smart agriculture in Belize**. Washington: Ciat; World Bank, 2018. Disponível em: <https://climateknowledgeportal.worldbank.org/sites/default/files/2019-06/Belize%20-%20CSA%20Country%20Profile%20%28FINAL%29.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2023.

DANE – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Tercer Censo Nacional Agropecuario**: tomo 2 – resultados. Bogotá: Dane, 2016.

DOLLY, D.; ENNIS, G. **Characterisation of family farms in the Caribbean**: a study of Guyana, Haiti, Jamaica, and Saint Vincent and the Grenadines. Trinidad e Tobago: IICA, 2017. 137 p.

EL SALVADOR. **IV Censo Agropecuario 2007-2008**: resumen de resultados. São Salvador: Ministério de Economia; MAG, 2009.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Suriname – Agricultural Census 2008**: explanatory notes. Paramaribo: FAO, 2008. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/5f070cee-69e0-42e4-b010-408f54b0df6e>. Acesso em: 9 ago. 2023.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Plano Estratégico para o Aprimoramento das Estatísticas Agrícolas**. Roma: FAO, 2009. 64 p.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **World Programme for the census of agriculture 2020**: volume 1 – programme, concepts and definitions. Roma: FAO, 2017. 204 p. (FAO Statistical Development Series, n. 15).

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Global review of agricultural census methodologies and results (2006–2015)**: World Programme for the census of the agriculture 2010. Roma: FAO, 2021. (FAO Statistical Development Series, n. 18).

FOGUEL, R. **Situación y tendencias de la Agricultura Campesina en el Paraguay** – webinar presentación de hallazgos de investigación. [s.l.], 2021.

FORERO, J. Economía campesina, pobreza, tierra y desplazamiento en Colombia. *In*: ÁLVAREZ, J. F. (Ed.). **El campesino colombiano**: entre el protagonismo económico y el desconocimiento de la sociedad. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2010.

GRAEUB, B. E. *et al.* The state of family farms in the world. **World Development**, v. 87, p. 1-15, 2016.

GUATEMALA. **Iniciativa de Ley nº 4.947**. Iniciativa que dispone a aprobar ley de agricultura familiar. Guatemala: Congreso de la República, 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **IV Censo Nacional Agropecuario 2003**. Cidade da Guatemala: INE, 2005.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS. **Las pequeñas y medianas explotaciones**: VII Censo Agropecuario y Forestal 2006-2007. Santiago: INE, 2009a.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS. **VII Censo Nacional Agropecuario y Forestal**. Santiago: INE, 2009b. Disponível em: <https://www.ine.gob.cl/estadisticas/economia/agricultura-agroindustria-y-pesca/censos-agropecuarios>. Acesso em: 23 nov. 2022.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Censo Agropecuario 2013**. La Paz: INE, 2015.

INEC – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS. **III Censo Nacional Agropecuario**. Quito: Inec; MAG, 2001.

INEC – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS. **Encuesta de condiciones de vida**. Quito: Inec, 2006.

INEC – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSO. **VII Censo Nacional Agropecuario 2011**. Cidade do Panamá: Inec, 2012.

INEC – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS. **VI Censo Nacional Agropecuario**: resultados generales. São José: Inec, 2015.

INEGI – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA. **Así hicimos el VIII Censo Agrícola, Ganadero y Forestal**: aspectos metodológicos y principales resultados. Cidade do México: Inegi, 2007. 29 p.

INEGI – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA. **VIII Censo Agrícola, Ganadero y Forestal**. Cidade do México: Inegi, 2009.

INEI – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMÁTICA. **IV Censo Nacional Agropecuario 2012**. Lima: Inei, 2012. Disponível em: <https://proyectos.inei.gov.pe/web/DocumentosPublicos/ResultadosFinalesIVCENAGRO.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2022.

JARA, B.; MUÑOZ, M. Spotlight on family farming: family farming in Haiti. **Family Farming Newsletter for Latin America and the Caribbean**, p. 6-8, jan.-mar. 2014.

KISCHENER, M. A.; KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo Agrarario**, La Plata, v. 16, n. 33, p. 1-28, 2015.

LINARES, M. A. P. **Aportes de la agricultura familiar al sector agropecuario y una propuesta de tipología para su caracterización en el Perú**. 2020. 87 f. Monografía (Graduação) – Pontificia Universidade Católica del Perú, Lima, 2020.

MAGUIÑA, J. R. Agricultura familiar en Bolivia: limitaciones de sus potencialidades. **Diálogos**, p. 1-5, 2015.

MENDES, F. L.; SILVA, C. A. B. da; SENHORAS, E. M. História recente da Venezuela: crise e diáspora. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 10, n. 29, p. 118-137, 2022.

OBSCHATKO. E. S. de; FOTI, M. del P.; ROMÁN, M. E. **Los pequeños productores en la República Argentina**: importancia en la producción agropecuaria y en el empleo en base al Censo Nacional Agropecuario 2002. Buenos Aires: Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos; IICA, 2006. (Serie Estudios e Investigaciones, n. 10).

OSORIO, A. A. Contribuciones y retos de la agricultura familiar en Colombia. *In*: OSORIO, A. A.; COLLAZOS, J. M. (Org.). **La agricultura familiar en Colombia**: estudios de caso desde la multifuncionalidad y su aporte a la paz. Bogotá: Ediciones Universidad Cooperativa de Colombia; Corporación Universitaria Minuto de Dios; Agrosolidaria, 2016. p. 31-45.

OSPINA, D. T. Las economías campesinas en Colombia: tensiones y desafíos. **Algarrobo-MEL**, v. 10, p. 1-17, 2022.

PARAGUAI. **Censo Agropecuario Nacional 2008**. San Lorenzo: DCEA/MAG, 2009.

PAZ, R.; JARA, C. Censos y registros de la agricultura familiar en Argentina: esfuerzos para su cuantificación. **Eutopía**, n. 6, p. 75-91, 2014.

RAMILO, D. N.; PRIVIDERA, G. **La agricultura familiar en la Argentina: diferentes abordajes para su estudio**. Buenos Aires: Ediciones INTA, 2013. 310 p. (Estudios Socioeconómicos de los Sistemas Agroalimentarios y Agroindustriales, n. 20).

RODRÍGUEZ, J. C.; VILLALBA, R. **Gasto y gestión en relación a la Agricultura Familiar Campesina (AFC)**. Assunção: ID, 2016.

RODRÍGUEZ, T. *et al.* **Agricultura familiar en Nicaragua**. Santiago: Rimisp, 2013. (Serie Documentos de Trabajo, n. 151).

SAGARPA – SECRETARIA DE AGRICULTURA, DESARROLLO RURAL, GANADERÍA, DESARROLLO RURAL, PESCA Y ALIMENTACIÓN; FAO – ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA. **Diagnóstico del sector rural y pesquero de México 2012**. Cidade do México: Sagarpa; FAO, 2014. 45 p.

SÁNCHEZ, N. H. J.; SUÁREZ, J. A. C.; SANGERMAN-JARQUÍN, D. M. Pluriactividad y agricultura familiar: retos del desarrollo rural en México. **Revista Mexicana de Ciencias Agrícolas**, v. 8, n. 4, p. 949-963, 2017.

SCHIAVONI, G. Describir y prescribir: la tipificación de la agricultura familiar en la Argentina. *In*: MANZANAL, M.; NEIMAN, G. **Las agriculturas familiares del Mercosur: trayectorias, amenazas y desafíos**. Buenos Aires: Ciccus, 2010. p. 43-60.

SGANGA, F. *et al.* **Estado de situación de la producción familiar agropecuaria y los agricultores familiares en base al CGA y RPFA**. Montevideo: MGAP, 2014.

STATIN – STATISTICAL INSTITUTE OF JAMAICA. **Census of Agriculture 2007: preliminary report**. Kingston: Statin, 2007. 53 p.

SURINAME. Ministry of Agriculture, Animal Husbandry and Fisheries de Suriname. Family farming in Suriname. *In*: REUNIÓN MINISTERIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR Y DESARROLLO RURAL DE LA COMUNIDAD DE ESTADOS LATINOAMERICANOS Y CARIBEÑOS, 4., 2017, San Salvador, El Salvador. **Anais...** Suriname: LVV, 2017.

URUGUAI. Ministério de Ganadería, Agricultura y Pesca. **Censo General Agropecuario 2011**. Montevideo: MGAP, 2011.

VALLE, L. M. **La agricultura familiar en el Ecuador**: informe del Proyecto Análisis de la Pobreza y de la Desigualdad en América Latina Rural. Santiago: Rimisp, 2013. (Serie Documentos de Trabajo, n. 147).

VARGAS, M. **Apuntes sobre la agricultura familiar en Bolivia**. La Paz: IICA, 2017.

WUDDIVIRA, M. N. *et al.* Challenges of Food and Nutrition Security in the Caribbean. *In*: IANAS – INTER-AMERICAN NETWORK OF ACADEMIES OF SCIENCES. **Challenges and opportunities for Food and Nutrition Security in the Americas**: the view of the academies of sciences. Cidade do México: Ianas, 2017. p. 155-187.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HAITI. **Récensement général de l’agriculture**. Porto Príncipe: MARNDR, 2012.

INDEC – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS. **Censo Nacional Agropecuario 2018**. Buenos Aires: Indec, 2021.

